

## GOVERNO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO

# RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 2019



## **EQUIPE**

## **PRESIDENTE**

Mayco Murilo Pinheiro

## CHEFIA DE GABINETE

Paula Ramos Razera

## ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Suzana Beckman de Béliche

## ASSESSORIA JURÍDICA

Gedecy Fontes de Medeiros Filho

## ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Renato Canteiro Garcia Lhamas

## ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Andressa Evangelista Aires Rocha

## COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Mayco Murilo Pinheiro (Presidente)

## **OUVIDORIA**

Ádemas Galvão de Lima Nogueira

## DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Marcos Menezes de Moraes

## DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA ESTADUAL

Hilza Maria Feitosa Paixão

## DIRETORIA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Paulo Roberto de Araújo Ramos

## DIRETORIA DO FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA (FEPA)

Valdene Cardoso Faria Pereira

## DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS

Lisandra Maria Martins Fernandes

## **SUMÁRIO**

Apresentação	05
Órgãos de Administração Superior	06
Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria	07
Unidades de Assessoramento Direto ao Presidente	09
Gabinete da Presidência	10
Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas	12
Assessoria de Controle Interno	12
Assessoria Jurídica	15
Assessoria de Comunicação	16
Ouvidoria	20
Comitê de Investimentos	21
Unidades de Atuação Programática	27
Diretoria de Previdência Pública Estadual	28
Diretoria de Pagamento de Benefícios Previdenciários	29
Diretoria de Perícias Médicas	40
Diretoria do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria .	43
Unidades de Suporte Operacional	49
Diretoria Administrativo Financeira	50
Comissão Setorial de Licitação	51

**APRESENTAÇÃO** 

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, instituído pela Lei

Complementar nº 197 de 6 de novembro de 2017, é autarquia vinculada à Secretaria de Estado da

Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores e possui autonomia administrativa, financeira e

patrimônio próprio.

Trata-se da unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social dos

Servidores do Estado do Maranhão, tendo como diferencial seu foco em inovação, diversidade,

sustentabilidade, contribuindo para a vida digna dos beneficiários do regime.

**MISSÃO** 

Gerir os benefícios e recursos do regime próprio de previdência social do Estado do

Maranhão, de forma acessível e com qualidade, promover a educação previdenciária e buscar o

equilíbrio financeiro e atuarial.

VISÃO

Ser referência em excelência na gestão previdenciária no Norte e Nordeste, com foco

em inovação, diversidade e sustentabilidade.

**VALORES** 

Respeito, comprometimento, proatividade e ética.

São Luis, 31 de março de 2020.

Página 5

## ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

## Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (CONFEPA)

O CONFEPA, órgão consultivo, deliberativo e de supervisão integrante da estrutura do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Iprev), foi criado pela Lei Complementar nº 197 de 06 de Novembro de 2017, que dispõe sobre a criação do Iprev, alterada pela Lei Complementar nº 205 de 29 de Dezembro de 2017 e tem suas competências, atribuições, funcionamento e composição definidos em legislação específica e regulamentado pelas disposições do seu Regimento Interno.

O Confepa tem por finalidade estabelecer diretrizes administrativas, bem como promover a orientação sobre o planejamento, a coordenação, a execução, a supervisão e o controle das atividades inerentes ao funcionamento do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa), o qual é gerido pelo Iprev.

Em 23 de fevereiro de 2018, por meio do Decreto nº 33.826, foi publicada a regulamentação para a escolha dos servidores públicos estaduais, titulares e suplentes, totalizando 14 (catorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 7 (sete) representantes natos do Poder Executivo (presidente do Iprev; Secretário de Governo; Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento; Secretário de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores; Secretário de Estado da Educação; Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária; e o Procurador Geral do Estado) e 7(sete) representantes indicados por Entidades Sindicais e Associativas (um servidor do Poder Executivo, um servidor do Poder Legislativo, um servidor do Poder Judiciário, um servidor do Ministério Público, um servidor da Defensoria Pública, um servidor militar e um servidor inativo), a partir da publicação de Edital e análise dos critérios nele estabelecidos. Dentre tais critérios, destacam-se os seguintes: possuir formação superior e experiência nas áreas de administração, economia, finanças, atuária ou contabilidade, sendo nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, com mandato de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.

As reuniões do Confepa são bimestrais, em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pelo titular do Iprev ou a requerimento de 40% (quarenta por cento) de seus membros. Em 2019, tivemos como principais pautas das reuniões:

## • Reunião do dia 17/04/2019

Pauta: Posse dos novos conselheiros; Aprovação da ata da reunião do Confepa de 04/12/2019; Pronunciamento quanto à prestação de contas do Fepa; Atualização sobre os ativos imobiliários; Contratação do estudo atuarial pelo Banco do Brasil;

## • Reunião do dia 11/07/2019

Pauta: Aprovação da ata da reunião do Confepa de 17/04/2019; Proposta de revisão de valores das pousadas do Centro Social; Impactos da Reforma; Alterações da Lei nº 9.717/1998; PPA FEPA- 2020/2023; Compensação Previdenciária; Unidade Gestora Única; Medida Provisória – MAPA e Autorização de Transferência da Gestão de Imóveis do Fepa à Maranhão Parcerias (Mapa);

## • Reunião do dia 05/09/2019

Pauta: Aprovação da ata da reunião do dia 11/07/2019; Implantação de taxas de utilização do Centro Social dos Servidores; Cursos e Certificações dos Servidores; Prestação de Contas e Política de Investimento 2020; Plano Anual de Trabalho.

## • Reunião do dia 17/12/2019

Pauta: Aprovação da ata da reunião realizada no dia 05 de setembro de 2019; Apresentação e Aprovação da Política Anual de Investimentos 2020; Análise e deliberação para desafetação dos imóveis do Fepa; Processo n° 127600/2019 — Pedido de reconsideração de indeferimento de aposentadoria; Aprovação do calendário de reuniões do Confepa para o ano de 2020; Definição e aprovação de Plano de Atividades do Confepa 2020 e Aprovação da taxa de uso do Centro Social.

Vale ressalta, que a pauta das reuniões é aprovada pelo presidente do Conselho ou, nas suas ausências ou impedimentos, pelo seu suplente; e enviada por e-mail aos conselheiros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, acompanhada de todos os documentos indispensáveis à apreciação dos assuntos nela incluídos.

Todas as deliberações tratadas em pauta nas reuniões serão lavradas em ata e as decisões do Conselho terão a forma de resolução, de caráter deliberativo ou de recomendação.

## UNIDADES DE ASSESSORAMENTO DIRETO AO PRESIDENTE

## Gabinete da Presidência (GAB)

O Gabinete é o setor responsável por assessorar diretamente o Presidente e colaborar para que a gestão do Instituo alcance níveis de excelência, além de desenvolver e participar da implantação de projetos institucionais e atividades.

Durante o ano de 2019, a gestão do Iprev teve como objetivo a melhoria da governança e eficiência dos processos e promoção de estudos previdenciários, em observância aos critérios estabelecidos pelo Manual de Pró Gestão, disponibilizado pela Secretaria de Previdência. Dentre as inúmeras atividades realizadas, podemos destacar o mapeamento dos fluxos de aposentadoria e pensão; diagnóstico do processo de aposentadoria buscando melhorias na instrução processual; agendamento de consulta de Perícias Médicas, criação da Central de Atendimento, capacitação e valorização dos servidores e estudos e propostas de contenção do déficit financeiro e atuarial. Para encerrar o exercício foi dado início ao Planejamento Estratégico para 2020.

Em observação ao contexto nacional, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo governo federal a Reforma da Previdência. Mesmo sem a inclusão dos Regimes Próprios de Previdência Social de Estados e Municípios no texto final sancionado pelo presidente, alguns pontos ligados ao RPPS necessitaram adaptações, como no caso das alíquotas previdenciárias.

Para tanto, o Iprev, sob a gestão do gabinete, criou um grupo de trabalho para analisar os impactos da Reforma da previdência militar e civil e promover cálculos de impacto atuariais, com o objetivo de propor uma reforma a nível estadual. Os estudos do grupo resultaram na proposta final de revisão de alíquotas de contribuição que passou a ser progressiva, adequando-se a diretriz nacional, além da revisão da alíquota de contribuição patronal. Outro destaque das realizações do grupo foi o desenvolvimento de um sistema que simula a nova alíquota de contribuição previdenciária, que está disponível no site do Iprev. Essa ferramenta foi amplamente divulgada na imprensa e para os sindicatos, a fim de auxiliar no planejamento financeiro dos segurados do RPPS e explicar, com transparência, as mudanças do Regime.

A gestão também buscou estreitar relações com outros Institutos de Previdência, com os membros do Confepa, com os representares de outros poderes estaduais e com as entidades associativas e sindicais dos servidores públicos estaduais. Através de reuniões, ligações telefônicas e de mensagens eletrônicas, tem sido possível trocar informações, mapear as melhores práticas, rever fluxos processuais e estrutura organizacional, qualificar melhor o debate embasando a tomada

de decisão e traçar alinhamentos para consolidação da unidade gestora única de Previdência Social do Estado.

No que tange à gestão do patrimônio do Fepa, destaca-se a gestão imobiliária dos imóveis vinculados ao fundo. O instituto, em busca da valorização dos bens, realizou estudos visando aumentar a rentabilidade dos imóveis e, assim, aumentar a receita do sistema previdenciário estadual, e atualizou o inventário de todos os imóveis, incluindo as edificações localizadas no interior do Estado, garantindo assim maior gerência das áreas.

Desde o início do ano, foram empreendidos inúmeros esforços administrativos, além do acompanhamento de ações judiciais de reintegração de posse, com o intuito de conter novas ocupações no imóvel denominado Sítio Santa Eulália e zelar pelo patrimônio imobiliário. Além do levantamento da documentação cartorária e do georreferenciamento da área, realizado pela Secretária de Estado de Infraestrutura (Sinfra), o instituto promoveu levantamento histórico, legislativo e socioeconômico das famílias que ocupam o local, assim como firmou parceria com a Polícia Militar para monitoramento constante da área para evitar novas invasões.

No âmbito financeiro, houve a revisão da folha de pagamento e, com apoio do Banco do Brasil, tem sido possível recuperar depósitos indevidos realizados após o óbito do segurado. Ademais, realizou-se a revisão dos percentuais de desconto da folha de pagamento, que vinham apresentando inconsistências desde a migração do sistema Consist para o People Soft, em 2018.

Houve também incentivo à educação previdenciária, com a realização do curso, em parceria com o Tribunal de Contas, "Previdência na Prática", voltado para os setores de Recursos Humanos dos poderes Legislativo e Judiciário, da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e analistas e assessores previdenciários do Iprev. Ainda visando à capacitação de servidores, foi criado o Programa Avançar, que compartilha, no modelo de oficinas e palestras, conhecimentos técnicos e comportamentais entre os servidores do Instituto. Houve uma melhora significativa no clima e cultura organizacional através da comemoração dos aniversariantes do mês, que passou a ser um momento de confraternização mensal dos nossos servidores.

A satisfação dos servidores públicos aposentados e seus segurados foi enfatizada. Os colaboradores responsáveis pelo atendimento participaram de treinamentos e receberam um manual de procedimentos, fluxo processual e as principais perguntas dos servidores. Quanto ao Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI), foram realizadas inúmeras iniciativas de valorização dos idosos.

No último trimestre do ano, foi realizado um mutirão de processos de aposentadoria dos servidores da Secretária de Estado de Educação, órgão que representa cerca de 80% do quantitativo de servidores do Estado do Maranhão. Alguns sistemas começaram a ser desenvolvidos para dar mais celeridade e transparência aos processos previdenciários.

No que tange à readaptação de espaço, a Perícia Médica foi alocada junto ao Centro Social dos Servidores Públicos do Estado, com o objetivo de centralizar as sedes e reduzir custos para o Instituto.

Visando dar continuidade às ações realizadas em 2019 e traçar o plano de metas e objetivos para 2020, no último mês do ano foi realizado uma oficina de Design Thinking, que ofereceu aos servidores ferramentas para iniciar o Planejamento Estratégico do próximo ano.

As tabelas abaixo apresentam o resumo das atividades realizadas e documentos emitidos:

Atividades coordenadas pelo Gabinete							
Descrição	Quantidad e						
Projeto de Lei Complementar	2						
Grupo de Trabalho	4						
Comissão	1						
Oficina	2						
Reunião CONFEPA	6						
Reunião COMIN	12						

Documentos emitidos pelo Gabinete							
Descr <b>i</b> ção	Quantidad e						
Oficio	1036						
Oficio Circular	4						
Comunicação Interna	185						
Portaria	168						

## Assessoria de Planejamento (ASPLAN)

A Assessoria de Planejamento e Ações estratégicas do Iprev tem por atributo assistir e assessorar o Presidente na sistematização, priorização, desenvolvimento, monitoramento e harmonização das ações de planejamento e gestão estratégica, através de estudos e elaboração de projetos para definir estratégias, procedimentos de gerenciamento e otimização dos processos de

trabalho, visando qualidade e eficiência nos métodos, gerenciando ferramentas de gestão garantindo o sucesso das atividades.

Atuou diretamente na criação do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, buscando definir indicadores de desempenho, adaptar as ações para melhor atender as necessidades da autarquia e definir políticas públicas prioritárias do governo, estabelecendo as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos ao longo do período.

Também coordena a utilização racional dos recursos orçamentários a partir de um controle e monitoramento da disponibilidade orçamentária, a fim de gerir este e demonstrativos a ele vinculados, assim como acompanhamento da elaboração da proposta orçamentaria anual e sua execução, auxiliar as unidades organizacionais do Iprev na aplicação de conhecimentos relacionados às práticas, as técnicas, rotinas de planejamento e orçamento.

A tabela abaixo apresenta o resumo das atividades realizadas e documentos emitidos:

Produti vidade da ASPLAN em 2019						
Descrição	Quantidade					
Informativo de Disponibilidade Orçamentária	237					
Plano Plurianual do IPREV	1					
Proposta orçamentária anual	1					
Comunicação Interna	31					
Relatório	2					
SOMA	272					

## Assessoria de Controle Interno (ASCONT)

A Assessoria de Controle Interno (Ascont) é uma unidade orgânica de controle e fiscalização, cujas competências são: elaborar, realizar e acompanhar o Plano Anual de Controle Interno; oferecer orientação preventiva aos gestores do IPREV, contribuindo para identificação antecipada de riscos para a adoção de medidas e estratégias da gestão, voltadas à correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e atendimento do interesse público; dar ciência ao Presidente dos atos ou fatos com indícios de ilegalidade ou irregularidade, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos, sem prejuízo da comunicação aos gestores responsáveis, à adoção das medidas necessárias à resolução do problema apontado; além de outras atribuições regimentares e atendimento às demandas da Presidência e órgãos de Controle Externo.

Assessoria de Controle Interno							
Atividades realizadas							
Exercício	Quantidade						
2018	142						
2019	168						

Entende-se como consultoria a atividade que consiste em assessoramento, aconselhamento e outros serviços relacionados fornecidos à alta administração com a finalidade de respaldar as operações. O quadro a seguir resume os trabalhos de Consultoria concluídos no exercício de 2019.

	Trabalhos de Consultoria em 2019												
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Acompanhamento		1	1		2								4
Comunicação Interna	2		1								2		5
Despacho	1	1		2	3	2	1		3	1	3	6	23
E-mail			3		1	4	1						1
Manifestação	1			5					2	2		1	19
Manifestação Verbal				9									9
Nota de Controle										1			1
Oficio					1								1
Pedido de Informação		2	1										3
Total	4	4	6	16	7	6	2	0	5	4	5	7	66

Dentre os trabalhos realizados, destacam-se:

- I. Apoio na elaboração da resposta ao Ofício nº 619/2018-PL-TCE (Processo nº 1812/2016) do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão referente à auditoria operacional realizada entre 2012 e 2015 na gestão do Regime Próprio de Previdência do Estado do Maranhão.
- II. Acompanhamento da auditoria direta ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Maranhão realizada pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social, realizada no ano de 2019.
- III. Apoio na elaboração da impugnação ao Relatório de Auditoria Direta da Subsecretaria de Regimes Próprios recebido em 2019.

Já o trabalho de Avaliação pode ser definido como a obtenção e a análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria. O quadro a seguir resume os trabalhos de Avaliação concluídos no exercício de 2019.

	Trabalhos de Avaliação em 2019												
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atividade Gerencial de Controle	1			1	1				1			1	5
Comunicação Interna										1			1
Nota de controle							6		4	2	1	3	16
Oficio	1	3	1	2									7
Pedido de Informação													
Relatório	1			2	3								6
Total	3	3	1	5	7	0	8	0	11	9	6	7	60

Ao final de cada trabalho de avaliação é emitido um relatório e uma matriz de achados. Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida à opinião e às propostas de recomendação da equipe de auditoria. Achado de Auditoria é o resultado da comparação entre um critério preestabelecido pela equipe de auditoria durante a fase de planejamento e a condição real encontrada durante a realização dos exames.

Os resultados de cada trabalho são incluídos no processo de monitoramento, que consiste em ações realizadas pela Assessoria de Controle Interno a fim de verificar se as Unidades Organizacionais tomaram providências e se estas foram suficientes para solucionar as situações apontadas como inadequadas frente aos critérios adotados.

	Trabalhos de Monitoramento 2019												
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Comunicação Interna	4		1										6
Nota de Controle						1	8		1				10
Pedido de Informação									2	8	1		11
Relatório									1				1
Total	4		1			1	8	0	4	8	1	0	28

Por fim, ressalta-se que no período em questão também houve o aprimoramento técnico dos servidores da Ascont, por meio da participação em cursos e eventos de capacitação. O quadro a seguir resume os trabalhos de Avaliação concluídos no exercício de 2019.

Dentre os cursos e treinamentos realizados, destacam-se a participação na 63º reunião ordinária do Conselho Nacional de Dirigentes dos Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), treinamentos sobre Análise, Gerenciamento e Modelagem de Processos de Negócios e curso de Licitações e Contratos.

	Cursos e Eventos em 2019												
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Curso	1				3	2	2	2			1		11
Seminário												3	3
Total	1	0	0	0	3	2	2	2	0	0	1	3	14

A comparação entre a realidade encontrada e os critérios pré-estabelecidos no início dos trabalhos permite que os órgãos de controle interno e externo emitam recomendações. Uma vez notificados, os auditados devem estabelecer as medidas mais adequadas para mitigar as causas dos pontos levantados.

A Assessoria de Controle Interno acompanha a implementação das recomendações emitidas, tanto pela Ascont quanto pelos demais órgãos de controle, por meio do Plano de Providências Permanente (PPP).

## Assessoria Jurídica (ASSEJUR)

A Assessoria Jurídica (Assejur) tem por atributo institucional a realização de consultoria e assessoramento jurídico a todas as Diretorias, Setores e Conselhos vinculados a este Instituto, no que concerne às demandas relacionadas ao RPPS e às demais atividades desenvolvidas no âmbito desta entidade.

Assessoria Jurídica							
Demandas Atendidas							
Exercício	Quantidade						
2018	3.517						
2019	3.369						

Ademais, a Asssejur exerce importante papel no relacionamento institucional com o Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública e com a Procuradoria Geral do Estado, servindo de interface para o cumprimento das decisões e solicitações exaradas por estas entidades.

No mesmo sentido, esta Assessoria estabelece comunicação, por meio de ofícios, com os demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e atua perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na defesa dos atos praticados pelos gestores do Instituto, apresentando esclarecimentos jurídicos que sustentam a legalidade dos atos de gestão.

Desta feita, cumpre registrar, de forma sucinta, a produtividade desta Assessoria Jurídica relativa ao exercício de 2019, conforme segue a tabela abaixo:

	Produtividade da Assessoria Jurídica em 2019												
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Despacho	65	104	105	114	164	84	163	155	161	114	106	129	1464
Oficio	100	44	23	70	68	81	147	100	184	156	133	85	1191
Parecer	35	36	63	13	46	62	59	48	68	84	41	89	644
Minuta	0	1	2	1	1	1	0	2					8
Justificativa ao TCE	0	0	0	0	0	0	0	27					27
Comunicação Interna	5	4	2	7	4	2	2	1	2	2	4		35
												Total	3369

## Assessoria de Comunicação (ASCOM)

De modo geral, a Assessoria de Comunicação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Iprev) atuou na cobertura das principais ações e eventos do Instituto, produzindo releases e, nos casos necessários, fazendo também a cobertura fotográfica dos acontecimentos.

Assessoria de Comunicação							
Demandas Atendidas							
Exercício	Quantid ade						
2018	100						
2019	86						

A Ascom atendeu a solicitações e pedidos de informação da imprensa. Foram atendidos 26 pedidos de nota pé para matérias de TV e mídia impressa. Foram produzidos, ao longo do ano de 2019, 60 releases para distribuição à imprensa.

Também foram cumpridas demandas de transparência, mediante a postagem periódica, no site do Iprev, dos relatórios de Receitas e Despesas do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa), das Autorizações de Aplicação e Resgate e Relatórios de Investimentos, entre outras demandas regulares.

No início do ano de 2019, a Assessoria de Comunicação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Ascom/Iprev) divulgou, para órgãos do governo, parceiros, a imprensa e a sociedade em geral, o balanço de atividades do Iprev ao longo do ano de 2018.

As principais ações do órgão foram compiladas em documento de cerca de vinte páginas contendo imagens e o detalhamento das principais ações. A pedido da presidência do órgão, o material foi distribuído a todos os gestores do Iprev; aos órgãos estaduais que desenvolveram parcerias para a concretização das ações do instituto; e aos membros do Conselho Administrativo do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Confepa).

O briefing também embasou a apresentação dos referidos avanços para a imprensa, feita por meio de release veiculado no dia 24 de janeiro, data que marca o Dia do Aposentado. A Ascom também solicitou e analisou dados das diretorias do Iprev, avaliando a viabilidade de divulgação na imprensa. A partir desse levantamento, foi divulgada matéria sobre o aumento de 20% no número de atendimentos das Perícias Médicas, a partir da expansão do serviço para o interior do estado.

Os materiais que não renderam pauta para o público externo (número de aposentadorias e pensões concedidas, resultados do Fepa) foram arquivados para monitoramento de cenário e confecção, nos casos necessários, de briefing de argumentação e orientação de gestores e da presidência.

A Ascom também deu suporte à programação do PAI, divulgando tanto a programação oferecida aos servidores aposentados quanto as atividades realizadas em datas comemorativas. Foram divulgados eventos religiosos, como a Queimação de Palhinhas, a Coroação de Nossa Senhora e as missas da Páscoa e do Dia das Mães; as certificações dos cursos de "Cuidador Familiar de Idosos" e de "Autocuidados"; e as programações de Carnaval e de São João.

Também tentou viabilizar parceria entre o Iprev e o Mateus Supermercados para apoio à Caminhada do Aposentado. A Ascom confeccionou modelo de briefing para apresentação da iniciativa e pedido de patrocínio.

A Ascom redigiu o texto para o folder do PAI e viabilizou a parceria com a Secap para a diagramação do material. No momento a arte está pronta e aguarda viabilização de recursos para a impressão em larga escala. Foram feitas cópias em pequena quantidade, na impressora de uso próprio do Iprev, para atender a demandas pontuais do programa.

Em parceria com o cerimonial do governo do estado e da vice-governadoria, a Ascom/Iprev organizou o evento de entrega das obras de reforma do Centro Social e de construção das sedes dos clubes da terceira idade que atuam no local, além da entrega de duas academias de ginástica e de 370 equipamentos para as oficinas de atividade física oferecidas aos servidores aposentados.

Ficaram a cargo da Ascom a elaboração de briefing orientando as equipes do governador, vice-governador, secretários e gestores do Iprev acerca do evento; a confecção e distribuição de convites; a elaboração de aviso de pauta e pré-release para a imprensa; o atendimento aos jornalistas convidados; o acompanhamento das entrevistas concedidas; o suporte às equipes de cerimonial na redação do roteiro do evento e na organização do espaço.

A Ascom atuou junto à Secretaria de Estado de Comunicação e Assuntos Políticos (Secap), fazendo a ponte entre esta e a presidência do Iprev, no que concerne a gestão de crise e a definição de estratégias de enfrentamento.

A Ascom definiu, ainda, estratégia de divulgação da mudança de endereço das Perícias Médicas. A Ascom articulou a divulgação do release produzido nos principais jornais, além da Rádio Timbira, todas as redes sociais do governo e o Portal do Servidor. Também foi produzida arte específica, divulgada na página inicial do site do Iprev.

Com o objetivo de atender às demandas de transparência especificadas em legislação, a Ascom/Iprev promoveu a atualização periódica do site do Iprev a partir de informações enviadas pelos diversos setores. Foram publicadas no site atas de reuniões do Confepa e Comitê de Investimentos (Comin) além da Prestação de Contas, os relatórios de Receitas e Despesas do Fepa e as Autorizações de Aplicação e Resgate (APR).

Em junho deste ano, a Ascom articulou, junto ao gabinete e à Assessoria de Controle Interno (Ascont) a criação de um Grupo de Trabalho (GT) de Transparência, de modo a examinar detidamente as questões relacionadas à publicação das informações, para atender com a máxima exatidão possível aos critérios legais.

A Ascom também consolidou o Plano de Comunicação do Iprev, contendo três eixos de ações: voltadas para a divulgação das ações na imprensa, para orientação ao servidor e para o público interno.

No âmbito interno, a Ascom desenvolveu a campanha "Copo Descartável? Hora de descartar essa ideia" com o objetivo de despertar a consciência ambiental entre os servidores, alertando para a importância da redução do uso desses itens.

A Ascom também participou da concepção do Programa Avançar, colaborando na redação da justificativa do projeto, estruturando e divulgando campanha interna para a escolha do nome da iniciativa.

Foi desenvolvida campanha interna para aumentar o número de acesso dos servidores ao site do Iprev.

A Ascom estruturou, ainda, projeto de comunicação interna aproveitando a intranet do Iprev, definindo editorias e sugerindo conteúdos e layout. O projeto ficou aguardando reestruturações internas e devolutiva da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

A pedido da presidência, a Ascom confeccionou layout para placas que foram afixadas na entrada do Sítio Santa Eulália, alertando que a área é de propriedade do Fepa.

A Ascom atuou quando da aprovação, na Assembleia Legislativa, do projeto de lei 014/2019 (hoje Lei Complementar nº 219/2019. Na ocasião, a Ascom elaborou material de perguntas e respostas para esclarecer dúvidas dos servidores. O material foi afixado na seção "destaques" do site do Iprev. Também foi feita divulgação do material entre os servidores.

A Ascom participou do processo de concepção do Simulador de Alíquota Previdenciária, confeccionou a arte para divulgação do material e viabilizou, junto à Secretaria Adjunta de Ciência e Tecnologia (Seati) a inserção do material no site do Iprev.

Com o objetivo de divulgar o Simulador de Alíquota e esclarecer dúvidas da população em relação ao projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa, também foram agendadas entrevistas do presidente do Iprev, na Rádio Timbira e na TV Bandeirantes. As entrevistas tiveram impacto positivo no número de acessos do simulador, que atingiu a marca de mil acessos poucos dias após as entrevistas.

Atividades da ASCOM - em 2019								
Descrição	Quantidade							
Release produzido	63							
Entrevista mediada	6							
Briefing produzido	12							
Planejamento	5							
SOMA	86							

A Ascom acompanhou as entrevistas do presidente, intermediando a relação com os repórteres. Antes das entrevistas, foram redigidos briefings para orientação da presidência durante as entrevistas e também pré-releases, para orientação dos entrevistadores.

Ao longo do ano, também houve atuação junto a outras unidades gestoras de RPPS, no sentido de colher informações para viabilizar pautas conjuntas quando da visita do Iprev a esses órgãos.

A Ascom também elaborou e deu suporte à execução de Plano de Ação com o objetivo de estimular a participação de entidades representativas dos servidores públicos estaduais no Conselho Fiscal (Confis) do Iprev.

A pedido da presidência, foi diagramado e impresso cartão de visitas do presidente do Iprev, com QR Code. A Ascom fez cotação de preços e viabilizou a impressão dos cartões.

Monitoramento de Mídia - em 2019										
Descrição Quantidade										
Menções positivas	44									
Publicações com viés negativo	83									
Publicações consideradas neutras	70									
SOMA	197									

## **Ouvidoria (OUV)**

A Ouvidoria do IPREV/MA tem como um dos objetivos "ouvir, acolher, analisar e encaminhar as reclamações, sugestões e denúncias recebidas pertinentes ao IPREV/MA, de segurados, de órgãos públicos, de entidades representativas dos segurados e do público em geral".

Ouvidoria								
Demandas Atendidas								
Exercício Quantidade								
2018	394							
2019	609							

Trabalhamos com o objetivo de atender no menor espaço de tempo as demandas enviadas através do site da Ouvidoria reenviando as manifestações aos órgãos competentes, bem como as presenciais que nos chegam e que damos resposta e solução com brevidade e responsabilidade no cumprimento das metas que são designadas e na perspectiva de prestar serviços com eficiência e eficácia.

Através dessa ferramenta atinge-se a proximidade com o cidadão, em especial o servidor público, do IPREV/MA, via canais de comunicação que são disponibilizados

Ouvidoria: Atendimentos E-SIC													
Descr <b>i</b> ção	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Assessoria jurídica	1												1
Diretoria administrativa financeira				2			2	5	2		2	1	14
Diretoria de previdência pública estadual		1	1		2		1		1		2		8
Diretor de pagamento de beneficios previdenciários					1						1	1	3
Diretoria de perícias médicas					1								1
Ouvidoria							2				1		3
Encaminhado		1				1		1					3
Total	1	2	1	2	4	1	4	6	3	0	6	2	33

Destacamos que diversos atendimentos presenciais não geraram demandas, uma vez que foi possível darmos a resposta de forma satisfatória no momento da procura à Ouvidoria. Vale ressaltar que quando da ocorrência de solicitações de informações relativas às demandas de outros setores, busca-se viabilizar a melhor forma de dar as devidas informações.

Por fim, destacamos que são constantes nossos esforços para a melhoria e aperfeiçoamento no atendimento no intuito de atingir a eficácia dos serviços prestados pela Ouvidoria/IPREV.

	Ouvidoria: Atendimentos E-OUV												
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Assessoria jurídica			1	1			1	1		2	1		7
Gabinete	0	4	4	3	0	0	2	3	1	3	1	2	23
Diretoria administrativa financeira			2	0	1	1	0	0	3	1	2		10
Diretoria de previdência pública estadual	12	13	9	16	20	13	6	12	11	10	14	4	140
Diretor de pagamento de bene fici os previdenciários	12	10	8	26	29	18	37	25	19	10	8	4	206
Diretoria de perícias médicas	3	1	2	5	9	2	2	3	2	5	2	2	38
Diretoria do fundo estadual de pensão e aposentadoria	3	8	5	3	8	4	6	6	12	1	4		60
Ouvidoria	8	5	1	5	6	10	8	17	4	2	9	1	76
Encaminhado	3	3	6	13	6	8	5	1	3	1			49
Total	41	44	38	72	79	56	67	68	55	35	41	13	609

## **Comitê de Investimentos (COMIN)**

Em 2019, o montante aplicado foi de R\$ 1.368.243.561,57 milhões e os resgates totalizaram R\$ 1.272.857.684,43. Já a rentabilidade total do fundo alcançou R\$ 1.209.256,00, quando considerados apenas os fundos de renda fixa. A aplicação no fundo de renda variável apesentou distribuição de rendimentos de R\$ 786.000,00, resgates mensais e uma amortização com previsão anual no valor de R\$ 1.221.002,41, que afeta sua rentabilidade, fechando o ano de 2019 com uma rentabilidade negativa. Neste mesmo ano, as aplicações ficaram concentradas apenas em três fundos (dois de renda fixa e um de renda variável), sendo os demais ativos oriundos dos títulos CVSA, cujo resgate é feito mensalmente até findo o prazo de vencimento de tais papeis.

Desta feita, devido à insuficiência de recursos financeiros por conta do déficit financeiro vivenciado pelo ente previdenciário atualmente, as aplicações foram restritas ao volume de recursos que ingressam para o pagamento das folhas e são oriundos de contribuições previdenciárias, aportes para cobertura financeiros efetuados pelo tesouro e outras receitas correntes e de capital.

	Composição da Carteira do Fundo em 31.12.2019											
FUNDO/TIPO	CNPJ	Classe CVM	Enquadramento Legal	Administração e Gestão	Saldo em 31.12.2019							
BB PREV. RF IRF M-1 TP	11.328.882/0 001-35	Renda Fixa	Resolução CMN 3.922/10, Art. 7,°. Inciso I, alinea B	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	R\$ 0,00							
BB PREV. RF FLUXO	13.077.415/0 001-05	Renda Fixa	Resolução CMN 3.922/10, Art. 7°, inciso IV, alinea A.	BB Gestão de Recursos DTVM S.A	R\$ 17.841.211,40							
BB RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIO – RENDA VARIÁVEL	20.761.161/0 001-93	Renda Variável	Resolução CMN 3.922/10, Art. 8°. Inciso IV, alinea B	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	R\$ 7.432.336,61							
TÍTULOS CVSA	00.000.000/0 001-91	Demais bens, direitos e Ativos	Não se aplica	Banco do Brasil	R\$ 8.654.920,79							
				SOMA	R\$ 33.928.468,80							

Neste sentido, em 31/12/2019, fechamos o ano com o montante de ativos em aplicações de R\$ 33.928.468,80, sendo R\$ 17.841.211,40 em fundos de renda fixa, R\$ 7.432.336,61, em renda variável e R\$ 8.654.920,79 em títulos de CVSA, administrados e gerenciados pelo Banco do Brasil, através da instituição credenciada - BB Gestão de Recursos

DTVM S.A - para recebimento dos recursos definida em conjunto pelo COMIN por meio de termo de credenciamento nos moldes do CMN e da política de investimentos de 2019.

Para tanto, no ano de 2019, a média ponderada dos rendimentos dos fundos de investimentos foi de -1,16% contra uma meta atuarial de 9,41%, essa performance justifica-se devido ao cenário de baixo volume de recursos disponíveis para aplicação, o tempo de aplicação em que os valores precisam ficar disponíveis para maximizar a rentabilidade e ainda pelos retornos negativos acumulados do fundo imobiliário. Sob um olhar geral, os fundos de renda fixa apresentaram uma rentabilidade bruta de fechamento dentro das expectativas de anos anteriores, embora menor, sendo o fundo de renda variável responsável pela crescente perda de rentabilidade. Dados sobre a rentabilidade dos fundos de investimentos seguem detalhados na tabela adiante.

Rentabilidade média bruta dos fundos por ano											
Ano	BB Prev. IRF-M1	BB Prev RF Fluxo	BB Rec. Imobiliário								
2019	6,49%	4,81%	-15,88%								
2018	6,76%	5,29%	-8,76%								
2017	10,76%	8,87%	-8,75%								
2016	14,48%	13,11%	3,69%								
Média 2016-2018	10,67%	9,09%	-4,61%								

Rentabilidade Média Geral 2019 -1,53%

Fonte: BBDTVMS.A

A redução da rentabilidade, em comparação aos anos anteriores, pode ser explicada pelo atual cenário econômico de queda da Selic que encerrou o ano no menor patamar histórico, cuja consequência direta é a queda de rentabilidade dos ativos de renda fixa. Em 31/12/2019, a SELIC fechou no patamar de 4,5% a.a com tendência de mais um corte em 2020 conforme sinalização das últimas reuniões do COPOM. O boletim FOCUS, que reúne a mediana das projeções de indicadores de várias empresas renomadas, prevê que a Selic deve se manter em 4,5% até o final de 2020 de acordo com os dados de 27/12/2019. Além da queda da Selic, o montante de recursos resgatados para fins de pagamento das despesas de custeio do fundo dificulta a rentabilidade, deixando o fundo com menos recursos com o passar do tempo, portanto, sem previsão para aumento de aplicações.

Importante frisar que, apesar dos fundos de renda fixa terem reduzido suas rentabilidades em 2019, continuam a trazer retornos positivos para o FEPA, ao contrário do fundo imobiliário, que ao longo do ano demonstrou oscilações em seus retornos, pois além de ser um fundo fechado, não permitindo o resgate total das cotas investidas, vem prejudicando o desempenho dos investimentos no exercício. Neste sentido, devido a essa situação, houve a alocação dentro do

ano, em aplicações de renda fixa que permitissem o resgate automático dos recursos nos fundos que apresentam alta liquidez, menor rentabilidade e baixos riscos de mercado.

Adiante, as alocações de renda fixa enquadraram-se nos limites previstos pela Resolução CMN nº 4604/2017 e 3922/2010. Segundo essa resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. No entanto, a aplicação de renda variável (fundo imobiliário) continua desenquadrada. Duas justificativas principais explicam esse fato: A diminuição considerável dos recursos do fundo para fins de cômputo dos limites de enquadramento dentro dos segmentos de renda fixa e variável; e a dificuldade de resgate e venda das cotas do fundo para terceiros, uma vez que não foi possível, até o momento, encontrar compradores aptos a adquirir estes ativos, procedimento este que já vem sendo discutido com o COMIN e com o Banco do Brasil há algum tempo e deve ser solucionado em 2020.

Mês	Meta Atuarial	BB PREV PERFIL*	BB PREV FLUXO	BB PREV IRF-M1	BB REC IMOBILIÁ RIO
dez/19	1,64%		0,28%	0,39%	-8,80%
nov/19	0,93%		0,29%	0,31%	-1,43%
out/19	0,46%		0,39%	0,60%	4,64%
set/19	0,37%		0,37%	0,62%	-2,32%
ago/19	0,54%		0,41%	0,52%	-13,21%
jul/19	0,52%		0,47%	0,70%	0,61%
jun/19	0,43%	0,46%	0,39%	0,57%	1,70%
mai/19	0,57%	0,53%	0,45%	0,65%	1,24%
abr/19	1,02%	0,51%	0,43%	0,50%	-1,56%
mar/19	1,19%	0,46%	0,39%	0,44%	0,51%
fev/19	0,96%	0,48%	0,41%	0,44%	2,34%
jan/19	0,78%	0,53%	0,45%	0,58%	0,56%
Fonte: BB	DTVMS.A e	BACEN			
* As aplica	ıções neste fu	ndo deixaran	de ser realiz	zađasa partir	de Julho/2019

por decisão do COMIN

Sendo assim, em 31.12.2019, o total de recursos sob a gestão do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria - FEPA atingiu o montante de R\$ 33.928.468,80 milhões. Em relação a dezembro de 2018 houve, portanto, uma variação negativa de 43,13 %, explicada pelo aumento da folha de pagamentos dos inativos (despesas) e a ausência de reservas para aplicação, enquanto as receitas permaneceram praticamente constantes, configurando o déficit financeiro. Segue quadro resumo da evolução no ano de 2019:

Evolução da Carteira Total										
Desrição Valor										
A) Saldo Inicial - Dez/2018	59.665.668,61									
B) Aplicações	1.368.243.561,57									
C) Resgates	1.272.857.684,43									
D) Rentabilidade Líquida	1.995.256,00									
E) Saldo Final - Dez/2019	33.928.468,80									
VARIAÇÃO em reais	-25.737.199,81									
VARIAÇÃO percentual	-43,13%									

Fonte: Relatório de acompanhamento da política de investimento e resumo do informativo mensal da BB gestão de recursos DTVM

## Carteira Consolidada - Enquadramentos e Distribuição

No quadro "Estratégia de Alocação de Recursos é possível observar a posição carteira consolidada em dezembro em relação aos limites normativos da CMN e da política de investimentos.

		Estratégia de A	locação dos Recurso	s		
	Resolução CMN 3.922	T ipo de ativo	Fundamento	L imite máximo RPPS (%)	Posição em Dezembro 2019 (%)	Estratégia alvo PI 2019
		Titulos do Tesouro Nacional (SELIC)	Art. 7°, I "a"		0%	0%
		FI Renda Fixa - 100% Titulos do Tesouro Nacional (SELIC) e Indices não atrelados a Taxa de 01 dia	Art. 7°, I "b"	100%	0,00%	70%
		FI em Índice de Mercado Renda Fixa- Titulos do Tescuro Púlicos Federais Indices não atrelado a Taxa de Ol dia			0%	0%
		Operações compromissadas e lastreadas exclusivamente em Titulos do Tesouro Nacional (SELIC)	Art. 7°, II	5%	0%	0%
	Renda Fixa	∑ FI Renda Fixa "Referenciado" e FI Renda Fixa Imercado não atrelados a Taxa de 01 dia	Art. 7°, III "a" e "b"	60%	0%	0%
	Rend	∑ Fl Renda Fixa Condominio aberto e Fl Renda Fixa Imercado Rentabilidade em Renda Fixa	Art. 7°, IV "a" e "b"	40%	70,59%	30%
		Letras Imobiliárias Garantidas (LIG)	Art. 7°, V "b"	20%	0%	0%
		Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Art. 7°, VI "a"	15% -	0%	0%
		Depósito em Poupança	Art. 7°, VI "b"	Limite FGC	0%	0%
		Cotas de Classe Sênior em Fundos de direitos creditórios (FIDC)	Art. 7°, VII "a"		0%	0%
		FI Renda Fixa Sufixo "crédito privado"	Art. 7°, VII "b"	5%	0%	0%
		FI Renda Fixa com 85% do PL em Debêntures	0%	0%		
		Total: Renda Fixa			70,59%	100%
Limite Geral Segmento	Resolução CMIN 3.922	T ipo de ativo	Fundamento	L imite máximo RPPS (%)	Posição atual de aplicação (%)	Estratégia alvo PI 2020
		FI em ações (Fundos de renda variável)	Art. 8°, I "a"	30%	0%	0%
PS	entos	FI em índice de mercado de renda variável (negociado na bolsa)	Art. 8°, I "b"	30%	0%	0%
R	Į.	FI em ações, sob condomínio aberto	Art. 8°, II "a"	20%	0%	0%
rsos d	e Investimentos ırados	FI em indice de mercado variável, negociáveis em Bolsa de valores	Art. 8°, II "b"	20%	0%	0%
recu	iável	FI Multimercados, sob condomínio aberto	Art. 8°, III	10%	0%	0%
30,00% dos recursos do RPPS	Renda Variável e Estrutur	FI em Participações (FIP), condomínio fechado, sob condomínio fechado	Art. 8°, IV "a"		0%	0%
30,0	Ren	FI Imobiliário (FII), negociáveis nos pregões de bolsa de valores	Art. 8°, IV "b"	5%	29,41%	0%
		FI classificados como "Ações - Mercado de Acesso"	Art. 8°, IV "c"		0%	0%
		Total: Renda Variável			29,41%	0,00%
		Total: Geral			100,00%	100,00%

Em relação às instituições financeiras administradoras do Fundo de Investimentos com alocação do IPREV-MA, a carteira consolidada de investimentos é toda gerida pela BB Gestão de Recursos DTVM, segundo contrato 038/2017 firmado em dezembro, garantindo exclusividade desse tipo de prestação de serviços a esta instituição financeira.

### Gestão de Risco

A Política Anual de Investimento do Fepa para 2019 prevê o monitoramento de risco de mercado, liquidez e crédito dos Investimentos do Instituto, de forma a melhorar a rentabilidade dos recursos aplicados e mitigar eventuais perdas decorrentes da exposição aos fatores mercadológicos.

O risco de mercado, relacionado à variação dos preços dos ativos que compõem a carteira dos fundos investidos é monitorado pela volatilidade das cotas, e encontra-se dentro dos parâmetros considerados adequados pela Diretoria Estadual de Pensão e Aposentadoria (DFepa) e pelo Comitê de Investimentos, tendo sido reduzido com as alocações em fundos de maior liquidez.

Para lidar com as fontes de incerteza do mercado bem como minimizar os impactos que podem ser causados pelos diversos riscos envolvidos nos investimentos feitos pelo Fepa, é utilizada a metodologia VaR - Valor em Risco (Value-at-Risk). Trata-se de uma medida de perda percentual de uma carteira de investimentos sujeita aos riscos de mercado.

Com o cálculo do VaR é possível obter o valor esperado da máxima perda (ou pior perda) em um horizonte de tempo com um intervalo de confiança. Em outras palavras, riscos de flutuação de preços de ações, preços de commodities ou de flutuação de taxas de juros ou taxas de câmbio. Neste contexto, a medição e controle do VaR são executados pela instituição financeira responsável pela gestão dos recursos do RPPS-MA.

## Desempenho dos investimentos

A conjuntura econômica, o comportamento dos principais indicadores do mercado financeiro e a falta de recursos para manter em investimentos por um período maior de aplicação contribuíram para um desempenho abaixo da meta atuarial em 10,57% na carteira de investimentos do Iprev em 2019. Como a meta atuarial prevista para o ano de 2019 na política de investimentos não foi ajustada, não foi possível atingi-la. Em 17.12.2019, o Confepa aprovou, em reunião no mesmo dia, a política anual de investimento de 2020 com meta atuarial do Fepa ajustada dentro da realidade das aplicações previstas para o fundo para baixo em 2%+INPC ao ano.

## UNIDADES DE ATUAÇÃO PROGRAMÁTICA

## Diretoria de Previdência Pública Estadual (DPREV)

Em agosto/2019 os fluxos para análise dos processos de pensão, de aposentadoria e de emissão de certidão previdenciária, foram alterados com o objetivo de melhorar a produtividade. Houve o mapeamento dos processos no cadastro previdenciário, incluindo a identificação dos processos finalizados.

Na coordenadoria de pensão, houve uma alteração significativa no fluxo que possibilitou a análise dos processos em um tempo menor.

Na coordenação de aposentadoria, fizemos o mapeamento dos processos, que foram separados por ano e secretarias. Nesse momento, identificou-se a existência de muitos processos da Seduc, cerca de 1.300 processos, e iniciou-se o planejamento de um mutirão para a análise específica desses processos.

Através da Portaria Conjunta Seduc nº 01/2019, foi constituída uma comissão com a participação da Seduc, Iprev e Sindicato dos Professores para que os processos de aposentadoria da SEDUC fossem acompanhados mais de perto, com o objetivo de diminuir o tempo de análise e concessão das aposentadorias.

Em 2019, com o objetivo de alinhar o entendimento sobre a concessão de benefícios previdenciários, foram realizadas reuniões entre a DPrev e o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, culminando em um treinamento com a participação de servidores de ambos os órgãos.

Considerando a reforma previdenciária através a Emenda Constitucional 103, foi criada uma comissão para analisar os impactos da reforma e estudar a aplicabilidade da Reforma Previdenciária no Regime Próprio de Previdência do Estado do Maranhão.

Em conjunto com o Gabinete da Presidência do Iprev, iniciamos um mapeamento de divergências nas análises dos processos, com o intuito de diminuirmos o tempo na concessão dos benefícios. Participaram dessa atividade, Coordenadores, Servidores e Diretorias.

Ao final de 2019, foi feita uma reorganização administrativa e estrutural na DPrev, que permitiu uma melhor aproximação entre o protocolo, atendimento, as coordenações, analistas previdenciários e Diretoria.

## COORDENADORIA DE CADASTRO PREVIDENCIÁRIO

Os 2.960 processos analisados e finalizados geraram o total de 3.709 documentos (DTC/CTC e RR), sendo que 2.433 já foram entregues e 1.276 estão prontos, aguardando o requerente comparecer para receber a documentação solicitada.

A COCAD finaliza o ano de 2019 com 2.601 processos em análise, sendo que 2.099 são anteriores a 2019 e 502 são de 2019.

Produtividade da Coordenadoria de Cadastro										
Descrição da Situação	Solicitados antes de 2019	Solicitados em 2019	SOMA							
Analisado e entregue	1513	456	1969							
Analisado e aguardando retirada	624	367	991							
Aguardando análise	2099	502	2601							
SOMA	4236	1325	5561							

## COORDENADORIA DE ANÁLISE DE PROCESSOS DE APOSENTADORIAS

Em 2019, a COAPOS fez 5.506 análises em processos de aposentadoria.

Em 2019 foram concedidas 2.567 aposentadorias

A COAPOS finaliza o ano de 2019 com 1.558 processos em análise.

## COORDENADORIA DE ANÁLISE DE PROCESSOS DE PENSÃO

A Coordenadoria de Pensão recebeu 1.007 processos, nos quais foram feitas 2.282 análises.

Em 2019, foram concedidas 546 pensões.

A COAPEN finaliza o ano de 2019, com 131 processos de pensão em análise.

## **COORDENADORIA DE APOIO AO APOSENTADO**

Instituído pelo Decreto nº 12.526, de 4 de agosto de 1992, o Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) proporciona, aos servidores aposentados do estado, acesso a atividades físicas e culturais, fisioterapia, oficinas artísticas e cursos diversos – além de assistência social e de saúde.

No exercício de 2019, muitos foram os beneficiários pelas políticas dos projetos da coordenadoria de apoio ao aposentado, dentre as atividades da área da saúde estão, atendimentos de Psicologia, enfermagem, Oftalmológico, acupuntura, reabilitação, Clínico Geral e Nutricionista, além de oficinas de natação e hidroginástica, Yoga, alongamentos funcionais, aeróbica e dança.

Dentre os principais eventos podemos citar o arraial doa aposentados, composto por diversas atividades culturais, bumba-boi, barracas, forro pé de serra. Durante a festa, o público poderá ainda apreciar a decoração junina com mosaico de bandeirinhas que, assim como nas ruas do Centro Histórico, também foi montada no Centro Social.

Com o objetivo de incentivar a inclusão social e o lazer, proporcionando o resgate da autoestima da pessoa idosa, a coordenadoria apoiou passeio de dois dias, realizado por 45 servidores aposentados ao município de Santo Amaro, na região dos Lençóis Maranhenses.

A reabilitação é uma das atividades oferecidas no âmbito do programa. No exercício foi ampliado os horários visando oferecer mais qualidade de vida e estimular o processo saudável de envelhecimento entre os servidores inativos. Os exercícios trabalham a manutenção e a recuperação da mobilidade, do equilíbrio e da coordenação motora, bem como a prevenção de quedas. O público-alvo são servidores estaduais aposentados, mediante apresentação de encaminhamento médico, com queixa de dor, dificuldade de movimentos ou diagnóstico de comprometimento neurológico em face de problemas cardiovasculares ou doenças degenerativas.

E para fechar o ano, mais de 600 servidores estaduais aposentados participaram, na última semana, de uma festa de confraternização com direito a música e muita animação e já é uma tradição do calendário. A programação contou com shows de bandas que animou os aposentados com músicas das décadas de 60 e 70. Os idosos também fizeram participações especiais na programação. Caracterizadas com vestimentas natalinas, integrantes da Associação Brasileira de Alzheimer (Abraz) apresentaram músicas e danças alusivas à data de comemoração.

Programa de Apoio ao Aposentado - ÁREA ADMINISTRATIVA

Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JJL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Cadastro de Novos Aposentados	85	83	35	78	81	95	87	12	93	97	117	121
Contra-Cheques Entregues	2705	4720	1500	972	977	1500	1015	125	1057	1218	1228	1235
Comprovantes de Rendimentos			1000	1820								
SOMA	2790	4803	2535	2870	1058	1595	1102	137	1150	1315	1345	1356

Programa de Apoio ao Aposentado - CULTURAL, COMEMORATIVO E LAZER

Descrição Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Oficina da Memória	30	40	76	79	26		48	43	47	43	47	40
Oficina Segunda de arte	9	9	0	11	13	58	16	12	9	11	13	9
Oficina de Artesanato	11	7	21	16	18	18	13	9	15	13	14	11
Oficina de Macramê	6	5	15	9	11	12	9	5	8	6	8	6
Tambor de Crioula						10	14	11	20	21	23	17
Turma de Inglês							30	26	25	27	31	28
Coral	32	0										
Queimação de Palhinhas	100											
Missa em Ação de Graças	115		205		150	10						
Baile de Carnaval / Arraial		450				600						
Curso Cuidador Familiar de Idosos			129									
Curso de Autocuidados				50								
Via Sacra / coroação nossa senhora				50	90							
Arte Terapia - 'Capoeterapia'					15	28						
Palestra 'A importância dos avós, na vida dos netos'							34					
Passeio para a Fazendinha							52					
Palestra 'A importância da atividade	física r	na 3ªida	ade'					80				
Passeio para a Santo Amaro								48				
Palestra 'Setembro Amarelo - Preve	nção de	e Suicíd	io na 3	¹ Idade	-				95			
Palestra 'Auto amor'									30			
Passeio para Morros									50			
Palestra 'Direito do Idoso'										83		
Palestra 'Outubro Rosa'										27		
Passeio para Festa da Juçara										53		
Passeio ao Valparaíso										50		
Palestra 'Verdadeiro sentido do Nat	al'										86	
Passeio para o Palácio dos Leões											60	
Passeio para Raposa											50	
Confraternização dos Aposentados												500
SOMA	303	511	446	215	323	736	216	234	299	334	332	611

Programa de Apoio ao Aposentado - ATIVIDADES FÍSICAS

Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Aeróbica / Academia ao ar livre	27						17	21	32	37	50	52
Alongamento	46	42	62	51	53	29	31	31	34	41	43	47
Alongamento Consciente	28	0	30	36	34	23	27	28	26	29	32	32
Dança Livre	43	47	50	59	52	36	41	36	39	37	41	37
Ginástica Doce			30	37	32	18	22	24	22	29	33	29
Hidroginástica	112	80	90	132	124	127	124	83	90	101	109	101
Pilates de Solo	35	36	40	47	42	25	32	30	32	33	35	31
Yoga						32	37	27	29	47	53	47
Natação					25	20	32	28	43	48	49	50
SOMA	291	205	302	362	362	310	363	308	347	402	445	426

Programa de Apoio ao Aposentado - ÁREA DE SAÚDE

Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Atendimento de Psicologia	39	34	29	68	59	43	25	48	38	53	94	25
Atendimento de Enfermagem	135	75	249	157	128	40	133	215	189	180	138	142
Atendimento Oftalmológico	18	21	19	37	40	87		29	29	38	26	24
Atendimento Acupuntura	77	89	95	98	82	19		78	74	82	84	79
Atendimento de Reabilitação	183	201	193	252	295	85	279	350	370	449	423	280
Atendimento Clínico Geral	73	70	56	73	19	269	56	39	44	47		-
Atendimento Nutricionista	11	8	3	40	300	47						
SOMA	536	498	644	725	923	590	493	759	744	849	765	550

Programa de Apoio ao Aposentado - ÁREA SOCIAL

Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Atendimento Individual	250	460	310	610	537	380	422	387	427	467	472	478
Reunião Grupal	35	35	25	30	85	28	34	80	95	83	86	-
Viabilização Passe Livre	44	34	31	53	62	32	47	16	43	47	57	53
Visita Domiciliar		2		2	8				4	4	4	2
Visita institucional (Hospital do Serv	idor)						10	5	9	9	8	6
SOMA	329	531	366	695	692	440	513	488	578	610	627	539

## Diretoria de Pagamento de Benefícios Previdenciários (DPAG)

A Diretoria de Pagamento de Benefícios Previdenciários (DPag) é unidade orgânica de comando e supervisão responsável pelo gerenciamento do pagamento das aposentadorias e pensões dos ex-segurados do poder público estadual. Lado outro, é de anotar que há a Supervisão de Benefícios Assistenciais, vinculada à Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência aos Servidores, não incluída no setor em questão. Com efeito, à Diretoria de Pagamento de Benefícios Previdenciários cabe o pagamento apenas das verbas previdenciárias, não incluindo os benefícios assistenciais a que o servidor tem direito, ainda que na condição de aposentado ou pensionista.

Abaixo se elenca as principais atividades da DPag e os números de sua atuação são expostos mais adiante.

- a) Gerenciar as folhas de pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados civis, militares, dos aposentados dos poderes, bem como pensionistas previdenciários e especiais;
- b) Coordenar o estabelecimento de política de gestão e controle para inclusão, exclusão e manutenção das folhas de aposentadoria e pensão;

- c) Elaboração de parecer técnico-contábil de processos que carecem de cálculo;
- d) Atendimento e resposta às demandas da Ouvidoria;
- e) Atendimento ao público;
- f) Recebimento, triagem e encaminhamento de todo e qualquer processo/documento cujo destino seja esta Diretoria e suas respectivas coordenadorias.

## **AÇÕES DA DIRETORIA**

a) Suspensão em Folha de Pagamento de Segurados com Inconsistências Cadastrais

Trabalhos auditorias desta Diretoria de Pagamentos com base no cruzamento de informações do Sistema de Controle de óbitos – Sisobi e em Relatório de Consulta de Qualificação Cadastral, emitido no e-Social, retornaram uma base de segurados (aposentados, pensionistas, reservistas e reformados) com CPFs com pendências ou inconsistências na base da Receita Federal do Brasil e/ou no Sisobi. Dentre as pendências, foram identificadas 145 relacionadas a CPFs de segurados com informação de óbito, dos quais 14 ainda estavam "ativos" em folha de pagamento, enquanto outros 78, ainda que atualmente inativos em folha, permaneceram em folha na "condição de ativo" em período posterior ao ano do óbito declarado.

Relativamente a esses 92 segurados, procedemos às seguintes ações:

- I) Com relação aos 14 segurados com óbitos declarados, mas ainda ativos em folha de pagamento suspensão do benefício para posterior exclusão;
- II) Com relação a todos os 92 segurados com pagamentos identificados pós-óbito, procedemos ao levantamento dos créditos apontados nas fichas financeiras, a contar do primeiro mês subsequente ao ano de ocorrência do óbito (quando dispúnhamos apenas da informação do ano) ou a contar da data do óbito.

O trabalho agora tem se concentrado em levantar, caso a caso, as certidões de óbitos dos segurados nessa condição para solicitar no Banco do Brasil a devolução dos valores creditados post mortem.

b) Devolução ao Fepa de proventos de aposentadorias, reformas e pensões creditadas post mortem

Como, em muitos casos, há óbitos subnotificados ou mesmo informados a destempo, outra área de concentração das ações desta DPag tem sido o constante levantamento de situações da espécie, para a imediata retirada de folha de pagamento de beneficiários com indicação de óbito. No decorrer de 2019 a DPag levantou 38 óbitos subnotificados e a retirada imediata da folha de pagamento dos segurados nessa condição.

Lado outro, ação adotada vem permitindo – em curto espaço de tempo – solicitação ao Banco do Brasil para a devolução dos créditos pós-óbito. No decorrer de 2019, as ações nesse sentido devolveram ao Fepa o montante de R\$ 1.383.229,04 (um milhão trezentos e oitenta e três mil duzentos e vinte e nove reais e quatro centavos).

c) Restituição de Imposto de Renda Retido em Folha de Pagamento de segurados portadores de moléstias graves.

Ainda que a restituição de valores retidos em folha de pagamentos de aposentados, pensionistas e reservistas, portadores de moléstias graves, a título de imposto de renda, nos termos da Lei nº 7.713/1988, não afetasse diretamente o Fepa, foram relevantes as ações que esta Diretoria de Pagamentos adotou em relação ao ponto, pois reduziu fortemente o impacto sobre o Tesouro do Estado.

A situação detectada era de que o Tesouro Estadual, por intermédio da Secretaria Adjunta do Tesouro, processava e efetuava as restituições de valores retidos em folha de pagamento de segurados portadores de moléstias gravas, porém tal prática, sobretudo em relação a anoscalendários já encerrados, não encontra base, haja vista a possibilidade (e obrigação) de o segurado nessa condição proceder às retificações de suas Declarações de Ajuste Anual (DAA) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) junto à Receita Federal do Brasil – RFB, nos termos das Instruções Normativas nº 1.717/2017 e nº 1.500/2014

Nesse sentido, Nota Técnica nº 273/2019 – DPAG/IPREV cuidou de explanar toda ausência de contexto em que tais restituições estavam se dando e deu conhecimento dos fatos à Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, para conhecimento e eventual acatamento. Como resultado, o Tesouro do Estado foi desonerado da restituição administrativa de tais valores.

Tomando por base os mais de 100 processos da espécie que deram entrada neste Instituto no decorrer do exercício financeiro de 2019, a economia potencial produzida em favor do Tesouro do Estado com a adoção da prática sugerida Nota Técnica n° 273/2019 – DPAG/IPREV está estimada e R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Conforme já relatado alhures, a Coordenadoria de Pagamento dos Aposentados - COPAP é responsável somente pelos procedimentos relativos aos aposentados do poder executivo, sendo dela excluídos os militares (reformados e reservistas) o Poder Judiciário, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado.

## **COORDENADORIA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS**

Abaixo se elenca as principais atividades da COPAP e os números de sua atuação são expostos mais adiante.

- a) Elaborar a Folha de Pagamento dos Aposentados do Poder Executivo:
- I) Transferência do segurado para a folha de pagamentos dos aposentados do IPREV;
- II) Inclusão de segurados à folha de Aposentados;
- III) Exclusão de segurados à folha de Aposentados;
- IV) Alteração dos valores de aposentadorias na folha;
- V) Inclusão à folha de descontos legais e opcionais, a exemplo da contribuição do FEPA e FUNBEN do Poder Executivo;
  - VI) Inclusão e exclusão de pensões alimentícias;
  - VII) Implantação de decisões judiciais variadas;
  - VIII) Inclusão de desconto de Sindicato de categoria;
  - b) Organizar e manter atualizados os dossiês dos servidores inativos civis;
- c) Proceder à instrução de processos diversos cujos documentos encontram-se constantes no dossiê do servidor;

#### Atuação da COPAP em números:

Abaixo apresentamos o numerário de ações de inclusão e exclusão da folha de pagamento dos aposentados do executivo, bem como o quantitativo de aposentadorias pagas e seus respectivos valores totais no ano de 2019.

Quantitativos de inclusões e exclusões da folha de aposentados do executivo em 2019		
MESES INCLUSÕES EXCLUSÕ		EXCLUSÕES
Janeiro	0	45
Fevereiro	394	44
Março	188	53
Abri1	449	42
Maio	15	45
Junho	0	53
Julho	5	44
Agosto	107	43
Setembro	81	53
Outubro	35	38
Novembro	96	42
De zembro	52	39
TOTAL	1.422	541

Como se pode perceber do quadro-resumo acima, no decorrer do exercício de 2019, o número de inclusões em folha de aposentados superou o de exclusões em 162,85%. É dizer, houve crescimento da folha.

Quantidade de aposentadorias do poder executivo pagas em 2019		
MESES	QUANTIDADE	
Janeiro	28.912	
Fevereiro	29.262	
Março	29.398	
Abril	29.805	
Maio	29.776	
Junho	29.723	
Julho	29.656	
Agosto	29.720	
Setembro	29.748	
Outubro	29.745	
Novembro	29.799	
Dezembro	30.804	
Méd ia	29.696	

Tomando-se, para efeito de análise e projeção, a Média como medida de tendência central, as pensões pagas/creditadas pela COPAP ao longo do exercício de 2019 foram da ordem de 29.696 benefícios.

Valores brutos de aposentadorias do poder executivo pagas em 2019		
MESES	VALORES(R\$)	
Janeiro	108.833.812,83	
Fevereiro	110.338.340,48	
Março	112.059.151,11	
Abril	114.462.089,37	
Maio	114.129.670,38	
Junho	113.983.326,63	
1ª parcela - 13º	56.487.641,40	
Julho	113.785.810,30	
Agosto	114.054.501,81	
Setembro	114.078.357,50	
Outubro	113.997.735,61	
Novembro	114.525.588,54	
Dezembro	114.932.837,73	
2ª parcela - 13º	115.238.823,42	
Total	1.530.907.687,11	

#### COORDENADORIA DE PAGAMENTO DE APOSENTADOS DOS PODERES - COPAP/Poderes

A COPAP/Poderes é responsável pelos procedimentos relativos aos aposentados dos militares (reformados e reservistas), Poder Judiciário, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado.

Trata-se de trabalho mais específico na medida em que os órgãos ora listados possuem aposentadorias diferenciadas, com especificações próprias, em regra, com nuanças diferentes do Poder Executivo. Embora as funções sejam bastante similares, o conteúdo é bastante distinto, motivo pelo qual se configura Coordenadoria a parte.

#### PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COPAP/PODERES

- a) Elaborar a Folha de Pagamento dos Aposentados dos Poderes:
- I) Admissão dos aposentados dos Poderes para a folha de inativos;
- II) Transferência dos reformados militares para a folha de inativos;
- III) Exclusão da folha de inativos;
- IV) Alteração dos valores de aposentadorias na Folha;
- V) Inclusão à folha dos descontos legais e opcionais, a exemplo da contribuição do FEPA e FUNBEN dos Poderes;
- VI) Inclusão e exclusão de pensões <u>alimentícias</u>;
- VII) Implantação de decisões judiciais variadas;

VIII) Inclusão de desconto de Sindicato de categoria;

- b) Proceder à instrução de processos diversos cujos documentos encontram-se constantes nos processos arquivados nesta coordenação;
- c) Manter os processos protocolados posteriormente à data de aposentadoria dos inativos dos Poderes e Militares;
- d) Atendimento ao público.

# Atuação da COPAP/Poderes em números:

Quantitativos de inclusões e exclusões da folha de aposentados dos Poderes em 2019		
MESES	INCLUSÃO	EXCLUSÃO
Janeiro	4	0
Fevereiro	47	11
Março	8	6
Abri1	5	8
Maio	3	10
Junho	2	7
Julho	43	14
Agosto	5	5
Setembro	5	9
Outubro	6	8
Novembro	6	12
Dezembro	5	6
Total	139	96

Como se pode perceber do quadro-resumo acima, no decorrer do exercício de 2019, o número de inclusões em folha de aposentados/poderes superou o de exclusões em 19,16%. É dizer, houve crescimento da folha.

Quantidade de aposentadorias dos poderes pagas em 2019		
MESES	QUANTIDADE	
Janeiro	4.913	
Fevereiro	4.950	
Março	4.955	
Abri1	4.951	
Maio	4.944	
Junho	4.939	
Julho	4.969	
Agosto	4.969	
Setembro	4.946	
Outubro	4.944	
Novembro	4.938	
Dezembro	4.937	
M éd ia	4.946	

Tomando-se, para efeito de análise e projeção, a média como medida de tendência central, as pensões pagas/creditadas pela COPAP/Poderes ao longo do exercício de 2019 foram da ordem de 4.946 benefícios.

Valores brutos de aposentadorias dos poderes pagas em 2019		
Meses/2019	Valores (R\$)	
Janeiro	43.512.465,13	
Fevereiro	43.839.890,78	
Março	43.952.627,51	
Abril	43.917.394,86	
Maio	43.951.490,27	
Junho	43.987.794,07	
1ª parcela - 13º	19.881.833,56	
Julho	44.249.716,73	
Agosto	44.331.866,48	
Setembro	44.368.461,14	
Outubro	44.384.601,90	
Novembro	44.949.632,57	
Dezembro	44.933.132,53	
2ª parcela - 13º	40.755.556,76	
Total	591.016.464,29	

#### COORDENADORIA DE PAGAMENTO DE PENSIONISTAS - COPPEN

Coordenadoria de Pagamento de Pensionistas é responsável pelos procedimentos relativos às pensões do poder executivo e também dos poderes, isto é, nela estão incluídas as pensões, por morte, dos inativos civis e militares, assim como as do Poder judiciário, do Ministério Público, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, antes alocados na COPAP e COPAP/Poderes.

# Principais atividades da COPPEN

- a) Elaborar a Folha de Pagamento dos Pensionistas:
- I) Admissão dos beneficiários na folha de pensionistas do RPPS-MA;
- II) Exclusão dos beneficiários na folha de pensionistas do RPPS-MA;
- III) Alteração dos valores de pensão;
- IV) Inclusão à folha dos descontos legais e opcionais, a exemplo da contribuição do FEPA e FUNBEN;
- V) Implantações de decisão judicial variadas;
- VI) Inclusão de descontos de Sindicato de categoria;
- VII) Inclusão e exclusão de pensões alimentícias;

- Proceder à instrução de processos diversos cujos documentos encontramse constantes no dossiê dos pensionistas;
- c) Elaboração de documentos diversos:
- I) Declaração de existência e/ou inexistência de dependentes;
- II) Solicitação de abertura de conta;
  - d) Atendimento ao público.

## Atuação da COPPEN em números:

Abaixo apresentamos o numerário de ações de inclusão e exclusão da folha de pagamento de pensionistas, bem como o quantitativo de pensões pagas e seus respectivos valores, para as pensões previdenciárias e especiais.

Quantitativos de inclusões e exclusões da folha de Pensionistas em 2019		
MESES	INCLUSÕES	EXCLUSÕES
Janeiro	21	24
Fevereiro	74	20
Março	28	23
Abri1	63	29
Maio	0	23
Junho	80	38
Julho	39	37
Agosto	49	31
Setembro	46	32
Outubro	32	13
Novembro	85	25
Dezembro	20	21
Totais	537	316

Como se pode perceber do quadro-resumo acima, no decorrer do exercício de 2019, o número de inclusões em folha de pensionistas superou o de exclusões em 69,94%. É dizer, houve crescimento da folha.

Valores brutos de pensões pagas em 2019		
MESES	VALORES(R\$)	
Janeiro	37.451.890,75	
Fevereiro	38.374.274,56	
Março	38.896.482,79	
Abri1	39.099.781,98	
Maio	38.978.052,70	
Junho	39.185.644,94	
1ª parcela - 13º	19.329.152,80	
Julho	39.233.920,61	
Agosto	39.247.997,74	
Se tembro	39.369.356,37	
Outubro	39.444.527,72	
Novembro	39.775.014,52	
De zembro	39.810.373,60	
2ª parcela - 13º	39.176.806,56	
Total	527.373.277,64	

Quantidade de pensões pagas em 2019		
MESES QUANTIDADE		
Janeiro	9.793	
Fevereiro	9.847	
Março	9.852	
Abri1	9.886	
Maio	9.863	
Junho	9.905	
Julho	9.907	
Agosto	9.925	
Setembro	9.939	
Outubro	9.958	
Novembro	10.018	
Dezembro	10.017	
Média	9.909	

Tomando-se, para efeito de análise e projeção, a média como medida de tendência central, as pensões pagas/creditadas pela COPPEN ao longo do exercício de 2019 foram da ordem de 9.909 de benefícios.

Quantitativos de inclusões e exclusões da folha de Pensões Especiais em 2019		
MESES	INCLUSÕES	EXCLUSÕES
Janeiro	0	1
Fevereiro	0	1
Março	0	2
Abri1	6	2
Maio	0	0
Junho	0	12
Julho	0	3
Agosto	1	0
Setembro	1	2
Outubro	2	0
Novembro	1	2
Dezembro	1	0
Total	12	25

Como se pode perceber do quadro-resumo acima, no decorrer do exercício de 2019, o número de exclusões em folha de pensionistas especiais superou o de inclusões em 35,14%. É dizer, houve diminuição da folha.

Quantidade de pensões especiais pagas em 2019		
MESES	QUANTIDADE	
Janeiro	944	
Fevereiro	943	
Março	941	
Abri1	945	
Maio	945	
Junho	933	
Julho	930	
Agosto	931	
Setembro	930	
Outubro	932	
Novembro	931	
De zembro	932	
M éd ia	936	

Tomando-se, para efeito de análise e projeção, a Média como medida de tendência central, as pensões Especiais pagas/creditadas pela COPPEN no exercício de 2019 foram da ordem de 936 benefícios.

Valores brutos de pensões especiais pagas em 2019		
ME SE S/2019	VALORES (R\$)	
Janeiro	1.884.383,45	
Fevereiro	1.883.385,45	
Março	1.882.720,11	
Abril	1.882.094,40	
Maio	1.882.094,40	
Junho	1.456.608,10	
1ª parcela - 13º	727.608,48	
Julho	1.444.632,10	
Agosto	1.445.630,10	
Setembro	1.429.900,96	
Outubro	1.465.695,91	
Novembro	1.499.162,19	
Dezembro	1.534.625,47	
2ª parcela - 13º	1.473.732,57	
Total	21.892.273,69	

As informações supramencionadas refletem a atuação da Diretoria de Pagamento de Benefícios Previdenciários. Neste relatório é possível ver em síntese os números dos procedimentos mais representativos para cada Coordenadoria que integra o setor. Os dados fornecidos foram obtidos por meio do sistema PEOPLE SOFT, que emite relatórios de auditoria e processos.

# Diretoria de Perícias Médicas (DIPME)

A Perícia Médica do Estado do Maranhão está estruturada na sede Social dos Servidores do Estado do Maranhão-IPEM, localizada na Avenida dos Sambaquis S/N, Calhau, São Luís-MA.

Diretoria de Perícias Médicas								
Demandas Atendidas								
Exercício	Quantid ade							
2018	4.734							
2019	3.417							

Sob a gestão da Diretora Lisandra Maria Martins Fernandes que deu início as suas atividades em julho de 2019.

Assumindo a nova Direção, foi realizado um diagnóstico situacional a fim de estabelecer melhorais no processo de trabalho e dando celeridade ao atendimento ao servidor.

#### Problemas encontrados

- √ 759 processos de servidores encontrados na Perícia sem encaminhamentos devidos;
- ✓ Ausência de controle no fluxo de atendimento ao servidor (atendimento por demanda espontânea);
- ✓ Ausência de controle no fluxo processual (tramitação interna do processo);
- ✓ Utilização de máquinas com hardware desatualizado;
- ✓ Processos mal instruídos por parte do órgão de origem (ausência de documentos que justifiquem o pleito do servidor);
- ✓ Ausência de instrumento para comunicação com o servidor (telefone);
- ✓ Morosidade da avaliação médica por falta de análise prévia do processo;
- ✓ Falta de software para gestão de atendimento e controle processual;
- ✓ Falta de cumprimento de carga horária dos médicos;
- ✓ Falta de capacitação funcional de parte dos servidores;
- ✓ Os servidores não tinham de forma clara a descrição de suas funções;
- ✓ Falta de ordem cronológica na apreciação dos processos;
- ✓ Ausência de humanização no atendimento inicial do servidor;
- ✓ Parque tecnológico insuficiente (computadores) para o desenvolvimento das atividades dos servidores:
- ✓ Ausência de digitação do laudo pericial pelo médico ou junta responsável.

#### Gestão de melhorias

Após os problemas encontrados para o melhor desenvolvimento das atividades foram implantadas as seguintes estratégias de melhoria de funcionamento interno:

- ✓ Realizado levantamento quantitativo de processos parados e sem encaminhamentos na casa;
- ✓ Feito mapeamento dos processos encontrados na casa por assuntos, data e prioridades;
- ✓ Em andamento o saneamento dos processos encontrados na casa;
- ✓ Realizado a organização de processos por assuntos, em local adequado;
- ✓ Implantado novo fluxograma de tramitação processual, para melhorar o controle e celeridade de atendimento, visando reduzir o quantitativo de processos encontrados na Perícia Médica:

- ✓ Implantado novo fluxo de atendimento, buscando um realinhamento de prioridades, estabelecer por meio de agendamento realizar um melhor e humanizado atendimento ao servidor;
- ✓ Feita nova escala de servidores, atendendo o cumprimento de carga horária e ajustando ao atual fluxograma de tramitação processual e o novo fluxo de atendimento;
- ✓ Reestruturação física, adoção de espaços específicos para recepção, tramitação e jurídico, núcleo de perícia médica, consultórios médicos e diretoria;
- ✓ Implantada nova dinâmica de recursos humanos, os servidores técnicos serão capacitados para compreender e desempenhar as diversas atividades comuns a sua competência funcional, respeitando as necessidades das novas diretrizes.
- ✓ Realizado o estreitamento da relação entre os órgãos visando melhorar a comunicação, celeridade e resolução da demanda processual;
- ✓ Implantado Checklist de instrução processual e enviados aos órgãos;
- ✓ Realizado nova escala de Peritos médicos a fim de que otimizem o atendimento ao servidor conforme demanda;
- ✓ Mudança para prédio próprio, visando a valorização do nosso patrimônio e executando um atendimento de excelência.

Locais de atendimentos regionais da Diretoria de Pericias Médias											
Regional	Endereço	At end im en to	Horário	Telefone							
IMPERATRIZ	Rua Simplicio Moreira, 1028, Centro	Segunda a sexta-feira	13:00 às 18:00	(99) 3525-3808							
TIMON	Praça São José, 100, Centro	Segunda e Quarta-feira	14:00 às 18:00	(99) 3212-5580							
CAXIAS	Rua Primeiro de Agosto, 567, Centro	Quarta-feira	07:30 as 11:00	(99) 3521-0743							
BACABAL	Br 136, Km 361, SN	Segunda a Quinta-feira	14:00 às 18:00	(99) 3521-0743							
PINHEIRO	Rua Maria Pinheiro Paiva, 1055, Bairro Santa Luzia	Segunda-feira	08:00 às 12:00	(98) 3381-1728							

	Diretoria de Pericias Médicas - Atendimentos Regionais												
Descrição Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez Total													
URE - Timon	24	26	28	25	4	6	16	38	21	74	35	35	332
URE - Imperatriz	0	0	18	19	29	17	28	36	54	43	44	21	309
URE - Pinheiro	12	9	8	0	7	0	3	10	3	6	16	7	81
URE - Bacabal	49	50	52	51	35	0	50	39	34	20	41	61	482
URE - Caxias	9	7	28	10	49	26	88	25	20	28	17	10	317
Tota1	94	92	134	105	124	49	185	148	132	171	153	134	1521

	Diretoria de Perícias Médicas - Atendimentos em São Luis												
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Indeferidas	18	16	21	29	24	32	27	3	16	51	47	-	284
Licenças Deferidas	416	213	208	382	343	276	217	222	199	233	186	406	3301
Isenção de esforço físico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Readaptação de função	0	2	1	2	1	3	2	28	0	8	1	4	52
Insalubridade	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Redução de carga horária	6	14	4	4	16	3	7	9	16	12	1	4	96
Aposentadoria por invalidez	3	4	6	3	14	7	1	8	4	16	3	5	74
Ingresso no serviço público	5	42	266	25	10	14	23	20	13	12	6	4	440
Imposto de renda	11	19	18	17	26	35	22	16	9	21	31	2	227
Licença gestante	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Pensão	0	5	2	4	1	5	3	0	1	1	2	0	24
Remoção	11	3	0	1	4	4	1	1	4	1	2	1	33
Inclusão de dependente	2	1	1	2	4	2	0	1	4	4	0	3	24
Isenção de Sala de Aula	17	18	20	23	25	12	20	28	4	8	27	25	227
Atestados deferidos (1 à 15 dias) São Luís	148	160	118	222	185	175	23	210	199	170	150	136	1896
Total	637	497	665	714	653	569	347	546	469	537	456	590	6680

Os atendimentos são realizados por perícias médicas agendadas e demandas espontâneas de processos de outras regionais (documento conduzido pelo próprio servidor), admissão e atestados.

Informamos que a DIPME recebe diariamente em média 25 atendimentos, organizados por ordem de chegada, mas ressaltando que são resguardados e respeitados os atendimentos de prioritários incluindo maiores de 80 anos, prioridade (pessoa com deficiência intelectual, deficiência de mobilidade, portador da patologia de diabetes, pais acompanhados de criança de colo) e atendimento comum.

Sobre a realização de exames complementares informamos que no Núcleo de Perícias Médicas possuem 25 pedidos para que sejam apresentados laudos e exames específicos que comprovem a patologia alegada. Sempre que necessário os médicos peritos exigem esses exames para comprovação de alterações orgânicas da enfermidade apresentada.

Importante salientar que existem hoje 627 processos dentro da Diretoria de Perícias Médicas, e que todos esses processos estão dentro do fluxo de tramitação delimitado pela atual gestão, sendo tomadas as medidas cabíveis para instrução e saneamento desses processos, a fim de corresponder de maneira célere e eficiente as demandas estabelecidas pelos servidores.

Os atendimentos a domicílio são realizados mediante agendamento de perícia médica por motivo de impossibilidade de deslocamento do servidor por questões de saúde. O atendimento é realizado pelo médico e assistente social, com os seguintes procedimentos, de anotação,

solicitação de exames perguntas necessárias, correspondentes a (as) doença(s) e orientação processual.

Para o deslocamento do médico até o servidor fica disponibilizada na plataforma intranet a solicitação com 24 horas de antecedência do veículo (carro) oficial para essa condução.

No mês de outubro/2019 tivemos 1 atendimento de perícia médica em domicílio.

# Diretoria do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (DFEPA)

O Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa) criado pela Lei nº 35, de 12 de setembro de 1997, e reorganizado pela Lei Complementar nº40, de 29 de dezembro de 1998 é gerido pelo Iprev, na figura da Diretoria do Fepa, e tem como objetivo garantir recursos para o custeio dos benefícios previdenciários de pensão, de aposentadoria, de reserva remunerada e de reforma, a que fazem jus os servidores públicos estaduais, civis e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Tribunal de Contas e do Ministério Público Estadual.

As principais fontes de receita do Fepa estão descritas no art. 12 da Lei Complementar nº 40/1998, como por exemplo: contribuição dos segurados; contribuição do Estado; dotações consignadas no Orçamento do Estado e créditos abertos em seu favor pelo Governo do Estado, dentre outros. Tais recursos podem ser aplicados gerando mais rentabilidade para o fundo e aumentando o montante disponível para garantir o pagamento dos custeios descritos no primeiro parágrafo.

A Diretoria do Fepa constitui unidade orgânica de atuação programática, de comando e supervisão, possuindo como principal função, gerir de maneira efetiva e eficaz, o supracitado fundo.

Ademais, também compete à Diretoria do Fepa: a) proceder à interface com os Poderes do Estado, os órgãos autônomos, as autarquias e fundações públicas estaduais com o objetivo de solicitar e fornecer informações; b) primar pela legalidade, segurança, rentabilidade e liquidez dos investimentos; c) propor o inventário geral dos bens imóveis; d) orientar o Comitê de Investimento acerca da disponibilidade financeira para aplicações e da necessidade de regastes para pagamento de obrigações; e) coordenar as atividades de cobrança de arrecadação previdenciária dos servidores ativos, inativos e pensionistas; f) coordenar o estabelecimento da política de gestão e controle de arrecadação das contribuições; g) definir e coordenar as ações necessárias ao atendimento dos critérios de emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP); h) elaborar e emitir o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses DIPR.

A Diretoria do FEPA subdivide-se nas seguintes coordenadorias: I) Coordenadoria de Execução Orçamentária do FEPA – COEXO; II) Coordenadoria de Controle Contábil e Financeiro do FEPA – COCCFIN e II. I) Divisão de Compensação Financeira do FEPA – DICFIN; III) Coordenadoria de Gestão Imobiliária – COGIM; IV) Coordenadoria Administrativa do Centro Social – COADS e IV. I Divisão de Manutenção do Centro Social – DIMCES; cada uma com suas próprias atribuições. Estas serão detalhadas em relatório específico de cada Coordenadoria.

#### COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CENTRO SOCIAL

O Centro Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, patrimônio do FEPA, administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV é um complexo de edificações, instalações e áreas verdes que tem como princípio e prioridade atender o servidor público, inclusive os aposentados, pensionistas e dependentes, e também os servidores pertencentes aos quadros das empresas públicas e sociedade de economia mista, oportunizando mais lazer e socialização.

O COADS trabalha em prol da manutenção e conservação das instalações e demais áreas comuns do espaço, garantindo melhor vivência para os servidores e locadores, orientando no atendimento e controle periódico nas pousadas, ginásio, campo de futebol e piscinas. O sorteio das pousadas é efetuado pela área de TI do IPREV, no entanto, todo acompanhamento e designação às mesmas são executadas pelo Administrativo do Centro Social. O ginásio e campo de futebol são utilizados por servidores e por terceiros quando cedidos de forma onerosa e autorizados pela direção do FEPA. As piscinas têm por finalidade atender exclusivamente os servidores públicos e seus dependentes aos sábados, domingos e feriados, e são utilizadas também pelos aposentados do programa PAI durante a semana em atividades proporcionando-lhes qualidade de vida e lazer.

**Colônia de Férias** para filhos de servidores, no ginásio – Organizado pela SEGEP de 14 a 18/01/2019;

**Intermed** no período de 01 à 05/05/2019, organizado pela Associação Atlética de Medicina – UFMA;

**Arraial do IPEM** – organizado pela SECTUR de 14 à 30/06/2019 no qual foi maior sucesso recebendo para mais de 50 mil pessoas.

No mês de agosto aconteceu a última etapa do JEM'S/2019, no período de **05 a 28/09/2019** com participação de mais de quatro mil (4.000) estudantes;

**Inter - Odonto** realizado no período de 28/08 à 01/09/2019, organizado pela Atlética Tenebrosa – **ODONTOLOGIA, CEUMA**.

# COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FEPA

Em relação às informações institucionais relativas ao produzido no ano de 2019, bem como o planejamento de custos para o exercício seguinte, segue abaixo um resumo das atividades da coordenadoria de execução orçamentária.

Empenho da folha de pagamento dos aposentados, reformados e pensionistas de acordo com a lei Complementar nº 073/2004; Bem como lei nº 4.320/64 e lei nº 101/2000; Certificação da despesa empenhada, liquidação das retenções e preparações dos pagamentos a serem executados pelo financeiro, atualizações dos relatórios de despesas, previsão da despesa, solicitação de cota para empenho, remanejamentos orçamentários, conferencia e execução dos processos de pagamentos inerentes às restituições, diferença de pensões, consignações, precatórias e compensação previdenciária; Elaboração das propostas de orçamento (Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual).

A PLOA para o ano de 2019 fixou dotação inicial de R\$ 2.476.161.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e setenta e seis milhões cento e sessenta e um mil reais) conforme tabela abaixo;

Após os remanejamentos e suplementações de créditos necessários as regularizações de todos os pagamentos de benefícios para os aposentados, reformados e pensionistas em 2019, foram obtidas a dotação atualizada somando todas as fontes de recursos, cujo total foi de R\$ 2.500.103.221,00 (dois bilhões, quinhentos milhões, cento e três mil, duzentos e vinte e um reais). Sendo assim, houve um incremento de crédito orçamentário no valor de R\$ 23.942.221,00 (vinte e três milhões novecentos e quarenta e dois mil, duzentos e vinte um reais) em relação ao orçamento inicial previsto;

Durante o exercício financeiro de 2019, foram empenhadas despesas na categoria econômica de despesas correntes no grupo de pessoal e encargos sociais o valor R\$ 2.490.510.034,23 (dois bilhões quatrocentos e noventa milhões quinhentos e dez mil e trinta quatro reais e vinte e três centavos); restando um saldo final de crédito disponível de R\$ 9.593.186,77 (nove milhões quinhentos e noventa e três mil cento e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos) sem previsão de utilização.

As informações disponíveis em relação ao crédito inicial, dotação atualizada, valores empenhados e saldo final por fonte de recurso no ano de 2019 foram extraídas do SIGEF e estão detalhadas conforme tabela abaixo:

	DADOS ORÇAMENTÁRIOS FEPA POR FONTE EXERCÍCIO 2019												
FONTE DE RECURSO	CRÉDITO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR EMPENHADO	SALDO FINAL									
101	472.700.000,00	503.069.312,00	500.826.712,62	2.242.599,38									
102	100.000.000,00	96.172.909,00	96.135.682,25	37.226,75									
103	16.000.000,00	13.400.000,00	11.474.307,70	1.925.692,30									
218	709.342.254,00	709.342.254,00	708.213.136,33	1.129.117,67									
225	328.334.368,00	328.334.368,00	325.348.357,00	2.986.011,00									
226	849.784.378,00	849.784.378,00	848.511.838,33	1.272.539,67									
TOTAL	2.476.161.000,00	2.500.103.221,00	2.490.510.034,23	9.593.186,77									
Fonte: Sistema	Integrado de Planejar	nento e Gestão Fiscal (SIG)	EF)										

Dos valores empenhados destacam-se para fins comparativos com a despesa autorizada, a execução pelos seguintes elementos de despesa:

DE SPE SA EMPENHADA NO EXERCÍCIO (R\$)									
Período: Janeiro a Dezembro de 2019									
3 - DE SPE SAS CORRENTE S									
1 - Pessoal e Encargos Sociais	VALOR								
01 - Aposentadorias e Reformas	1.975.041.637,82								
03 - Pensões	513.330.585,19								
05 - Outros Beneficios Previdenciários	14.537,10								
91 - Sentenças Judiciais	-								
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.123.274,12								
TOTAL	2.490.510.034,23								
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)									

Foi executado de janeiro a dezembro de 2019 com aposentadorias e reformas dos beneficiários do FEPA o valor de R\$ 1.975.041.637,82 (um bilhão novecentos e setenta e cinco milhões quarenta e um mil seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos);

Já em relação às pensões previdenciárias, o valor executado somou um montante de R\$ 513.330.585,19 (quinhentos e treze milhões, trezentos e trinta mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos);

Para outros benefícios previdenciários, o que inclui o pagamento do salário família, foi executado o valor de R\$ 14.537,10 (quatorze mil, quinhentos e trinta e sete reais e dez centavos);

Por outro lado, não foram emitidos e não tiveram registro na execução orçamentária de 2019 empenhos oriundos de compromissos de sentenças judiciais;

Ainda, para despesas de compromissos gerados em exercícios anteriores a 2019, obteve-se o valor executado de R\$ 2.123.274,12 (dois milhões cento e vinte e três mil duzentos e

setenta e quatro reais e doze centavos). Tais despesas englobam o pagamento de diferenças de pensões, restituições e indenizações e com sentenças judiciais decorrentes de anos anteriores;

No tocante a execução de restos a pagar, não houve pagamento de RAP não processados, pois não houve inscrição destas despesas em exercícios anteriores a 2019. Para os restos a pagar processados inscritos em dezembro de 2018, não foram realizados pagamentos destes e, desta forma, mantiveram-se inscritos durante todo o ano de 2019, com pedido de manutenção no passivo do ente para posterior pagamento em 2020;

Sendo assim, observa-se que os recursos utilizados durante o exercício de 2019 obedeceram aos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, uma vez que todos os gastos foram destinados exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários do respectivo RPPS, como consta na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e o artigo 3º da Lei Complementar nº40/1998, bem como observados os limites de autorização de gastos estabelecidos para o orçamento de 2019 e as vinculações da natureza da despesa prevista;

Após as informações acima prestadas, encaminhamos ainda, em anexo, os relatórios de Receitas e Despesas Previdenciárias, conforme solicitado.

#### DIVISÃO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DO FEPA

A compensação previdenciária, prevista na Lei nº 9.796/1999, pode ser entendida como o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS e o Regime Próprio de Previdência – RPPS, e/ou entre RPP'S, nos casos de averbação de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria e pensão por morte, nos termos da contagem recíproca de tempo de contribuição.

Conforme levantamento de dados realizado pelo sistema COMPREV, no ano de 2019, o FEPA recebeu R\$ 9.657.013,92 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, treze reais e noventa e dois centavos) a título de compensação financeira. Por outro lado, desembolsou R\$ 1.459.662,90 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e dois reais e noventa centavos) a título de ressarcimento ao RGPS, segundo tabela abaixo:

		R	esultado Comper	sação Previdencia	ária 201	9			
Mês	Quantid ad e	Va	lor Recebido	Quantidade	1	Valor Pago	Líquido		
Janeiro	3.146	R\$	729.103,39	303	R\$	188.758,39	R\$	540.345,00	
Fevereiro	3.141	R\$	758.779,01	303	R\$	79.577,12	R\$	679.201,89	
Março	÷	R\$	-		R\$	-	R\$	-	
Abril	3.138	R\$	1.457.321,49	307	R\$	80.759,74	R\$	1.376.561,75	
Maio	3.135	R\$	749.289,84	307	R\$	80.759,74	R\$	668.530,10	
Junho	3.130	R\$	749.571,80	307	R\$	80.759,74	R\$	668.812,06	
Julho	3.128	R\$	750.681,79	309	R\$	184.642,12	R\$	566.039,67	
Agosto	3.125	R\$	753.210,43	314	R\$	277.517,76	R\$	475.692,67	
Setembro	3.124	R\$	751.287,65	319	R\$	152.922,81	R\$	598.364,84	
Outubro	3.123	R\$	749.310,56	319	R\$	83.491,37	R\$	665.819,19	
Novembro	3.122	R\$	1.506.031,93	319	R\$	166.982,74	R\$	1.339.049,19	
Dezembro	3.118	R\$	702.426,03	319	R\$	83.491,37	R\$	618.934,66	
SOMA		R\$	9.657.013,92		R\$	1.459.662,90	R\$	8.197.351,02	
* Compensação n	ão realizada de	vido à j	problemas com C	ND					

Importante ressaltar que durante o ano de 2019, a divisão de compensação financeira encaminhou, conforme dados extraídos do sistema COMPREV, 263 (duzentos e sessenta e três) novos requerimentos e reapresentações de requerimentos indeferidos de compensação previdenciária que estão aguardando análise/aprovação pelo INSS.

Além disso, foram identificados 600 (seiscentos) processos com possibilidade de compensação financeira, mas que a divisão precisa aguardar a homologação do Tribunal de Contas do Estado - TCE para cadastrar no Sistema COMPREV e fazer o requerimento.

## COORDENADORIA DE GESTÃO IMOBILIÁRIA

A Coordenadoria de Gestão Imobiliária, em resumo, é responsável pelo gerenciamento dos bens imóveis que compõem o patrimônio do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria – FEPA e dos processos dos programas de financiamento imobiliário – Programa Minha Casa (PMC) e Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Para o gerenciamento dos financiamentos imobiliários, a Coordenadoria conta o auxílio de Sistema de Administração de Carteira Imobiliária. Através deste é possível obter informações dos financiamentos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Programa de Financiamento à Moradia Própria (Programa Minha Casa), contendo um cadastro atual de 11.848 créditos em todas as modalidades previstas no SFH e Programa Minha Casa, sendo 10.942 liquidados (inativos) e 906 ativos.

Dentre as atividades relacionadas ao gerenciamento dos financiamentos imobiliários, lista-se: controlar a liberação de hipotecas; analisar a documentação que instrui os processos de financiamento; proceder a averbação das operações dos financiamentos concedidos junto à Seguradora; orientar o segurado com relação ao registro dos contratos junto aos Cartórios de Imóveis; controlar as liberações de parcelas de financiamentos imobiliários; controlar as amortizações de financiamento em fase de retorno; dentre outras.

Quanto a gestão dos bens imóveis do FEPA, durante o ano de 2019, visando resolver a problemática evidenciada no "Relatório Final de Inventário de Bens Imóveis do Exercício de 2018" - as avaliações imobiliárias dos anos posteriores a 2013 não seguiram as metodologias recomendadas pela NBR 14653 – Avaliação de bens, as vistorias aos imóveis foram efetuadas pela Comissão de Inventário de Bens Imóveis, através da Portaria nº 103/2019 – GAB/IPREV, e pela equipe de técnica da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores – SEGEP. Ambos responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação imobiliária dos bens imóveis.

Assim, as avaliações imobiliárias que compõem o Inventário de 2019 foram executadas por profissionais habilitados para o feito e, portanto, com competência técnica, obedecendo as metodologias previstas na NBR 14653-1:2011 – Avaliação dos Bens Imóveis: Procedimentos Gerais e na NBR 14653-2:2011 – Avaliação de Bens: Imóveis Urbanos.

Ademais, para que fossem averiguadas as condições físicas, o estado de conservação, a atualização das aferições dos bens imóveis, assim como a sua localização e a atividade a qual se destina atualmente foram necessárias visitas in loco. Na oportunidade, foram executadas as fotos para atualização dos relatórios fotográficos, entrevistas com os usuários/ ocupantes para que fossem obtidas mais informações quanto ao histórico e as circunstâncias em que se encontram os bens imóveis do FEPA, aferições para que fossem produzidos os levantamentos arquitetônicos e as plantas de localização. Tais atividades foram necessárias para maior seguridade nas informações.

No entanto, foram encontradas dificuldades quanto a documentação de regularidade fundiária dos bens imóveis. Primeiramente, a Decisão-GCGJ-5042019, emitida pela Corregedoria Geral de Justiça, consta:

Conferindo-lhe caráter de decisão normativa para que sirva de orientação para todas as serventias extrajudiciais do Maranhão, decido que não há isenção de pagamento de emolumentos às autarquias vinculadas as entidades que compõem a Administração Direta, especificamente em relação ao IPREV (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do

Maranhão) e ao ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), por falta de previsão legal.

Com base nesta decisão, alguns cartórios requereram o pagamento das taxas e emolumentos cartorários para o prosseguimento dos serviços inerentes a eles e necessários para o processo do Inventário. No entanto, sabe-se que o IPREV goza de isenção, conforme o art. 16 da Lei Complementar nº 197, de 6 de novembro de 2017: "O Instituto ficará isento de todos os tributos estaduais e de emolumentos cartorários".

Diante deste fato, não foi possível obter as certidões atualizadas de alguns imóveis situados na capital do Estado, assim como, tal situação se apresenta como um obstáculo para as futuras regularizações fundiárias dos bens imóveis do FEPA.

Quanto a destinação dos bens imóveis, todos os imóveis atualmente ocupados sejam pela Administração Pública ou por outros, exceto aqueles utilizados pelo próprio FEPA, encontramse irregulares. Os contratos de cessão de uso ou locação estão vencidos e, ainda, foram evidenciadas durante as vistorias apropriações fundiárias irregulares. Ressalta-se que quanto a estes, os processos para a regularização contratual de cessão de uso ou locação e os processos de indenização pela ocupação irregular estão em trâmite.

A COGIM tem atuado de acordo com as atribuições que são de sua competência, de modo a buscar e obter importantes avanços para os beneficiários. A ações conjuntas com os demais setores do IPREV e demais órgão públicos tem sido de grande valia para a resolução de problemáticas evidenciadas na Coordenadoria.

# UNIDADES DE SUPORTE OPERACIONAL

# **DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA (DAF)**

A Diretoria Administrativo-Financeira – DAF, unidade orgânica de suporte operacional, comando e supervisão, é constituída pela Coordenadoria Administrativa, com sua Divisão de Recursos Humanos e Divisão de Logística; pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e pela Coordenadoria Financeira, constituída pela Divisão de Execução Orçamentária e Controle Financeiro e pela Divisão de Contratos e Convênios.

#### **COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**

Coordenou a análise e o planejamento do fluxo de atividades e processos da área, tais como processos de aquisição e serviços, garantindo a realização de todas as atividades da área, criando plano de ação de forma a garantir o alcance das metas. Processos de aquisição como de água mineral, de etiquetas metálicas de tombamento, copos descartáveis, café, açúcar e adoçante, carimbos, scanner, placas de sinalização e material de expediente e de serviços como postais (correios), de telefonia fixa, buffet, locação de impressoras e manutenção predial tiveram apoio gerencial desta Coordenadoria.

#### **DIVISÃO DE LOGÍSTICA**

Distribuição e recolhimento de processos internos e externos; translado de pessoas e materiais; organização dos documentos que entram e saem da logística para outros setores; controle de bens materiais e inventário; manutenção e conservação das dependências do IPREV;

### **DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

Executou o acompanhamento dos contratos já existentes, e, deu início, através de comunicação interna quando necessário, ao pedido de abertura de processo administrativo para os pedidos de aditivos dos contratos. Além disso, acompanhou as novas contratações, com a elaboração dos contratos, fazendo sua publicação. Atuou junto aos fiscais de contrato.

Produtividade da Divisao de Contratos									
Descrição	Quantidade								
Contratos	15								
Aditivos de contratos	8								
Cursos de capacitação aos servidores	4								
SOMA	27								

#### **DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Executou atividades relativas ao controle do quadro de servidores, composto por 269 profissionais; inclusões, exclusões e alterações na folha de pagamento; atividades referentes a direitos e deveres dos servidores e demais atividades de rotina pertinentes ao setor.

Participamos, ainda, da criação do Programa Avançar, objetivando promover de forma continuada ações de capacitação para o desenvolvimento dos servidores, visando à realização pessoal e profissional deles no cumprimento de seu papel, proporcionando a melhoria dos serviços prestados e o atendimento às necessidades dos usuários. Nessa primeira etapa de desenvolvimento dos servidores, o Programa Avançar lançou cinco cursos e alcançou 98 inscrições. Além disso, 36 servidores participaram de cursos ou treinamentos externos, como TCE (MA), EGMA (MA), Insper (SP), Enap (DF) e Anbima (DF).

Treinamentos e Capacitação									
Descrição	Quantidade								
Servidores capacitados pelo Programa Avançar	98								
Servidores capacitados em entidades externas	36								
SOMA	134								

Formalizamos e instruímos processos para apuração das justificativas dos servidores apontados em situação de Acúmulos de Cargos Públicos pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE. Elaboramos Relatórios para Prestação de Contas deste Instituto no que tange a movimentação de pessoal, membros de Conselhos, membros das Diretorias, ordenadores de despesa e substitutos no exercício de 2019, e processamos 116 diárias para deslocamento profissional dos servidores.

## **CENTRAL DE ATENDIMENTO E PROTOCOLO**

Atender ao público a fim de sanar toda e qualquer dúvida; abrir processos novos; consultar processos; receber processos externos e redistribuir para os setores; enviar correspondências pelos correios; despachar e receber malotes do interior;

# COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Elaborou planos de implantação e melhorias para aumentar a utilização do sistema, tais como o Sistema de Ponto Eletrônico e o PMO (Project Management Office) para a TI, além da criação de VPN's para acesso externo à rede do IPREV, bem como do Sistema de Cadastro de Cursos do Programa AVANÇAR e do Sistema de Perícias Médicas.

Foram realizadas mudanças do setor TCE, do setor de Atenção ao Aposentado, responsável pelo programa PAI, para outro prédio no IPEM e da Perícia Médica para o IPEM. Além do mapeamento dos layouts do SIPREV Gestão em conjunto com a SEGEP, acompanhamento da migração dos links de internet do Estado.

#### **COORDENADORIA FINANCEIRA**

Gerir o controle contábil, financeiro e orçamentário junto ao SIGEF e o sistema do Banco do Brasil, processar Relatórios Técnicos relacionados às atividades financeiras do IPREV, Monitorar o cumprimento das obrigações acessórias junto à Receita Federal, acompanhar a regularidade fiscal do IPREV através do sistema eCAC de atendimento virtual da RF e o recolhimento das contribuições ao PASEP, com base nas receitas previdenciárias apuradas mensalmente, conciliar contas bancárias , quando couber, ajustar demonstrativos contábeis, controlar e atualizar cadastro do Instituto junto às instituições financeiras, cartórios e Órgãos públicos. Transmissão de arquivos e dados do FGTS e Informações à previdência social – SEFIP, Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF e Declaração do IR retido na fonte – DIRF, fechamento mensal dos relatórios demonstrativos contábeis junto a SEPLAN, prestação de contas de suprimentos de fundos e prestação de contas anual junto a Secretaria de Transparência e Controle e o Tribunal de Contas do Estado.

# DIVISÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTROLE FINANCEIRO

Expedir relatórios técnicos e informações necessárias para tomada de decisões superiores, bem como minutas de ofícios para processar o pagamento da folha de pessoal ativo, exonerados e PASEP deste Instituto, acompanhar os recebimentos dos repasses financeiros do Instituto, conferência de documentação dos autos e certidões de regularidades fiscais, conforme legislação em vigor. Controlar informações e os limites anuais de diárias concedidas, monitorar a entrega de relatório de viagens e passagens, análise e instrução processual antes e depois da

execução das fases da despesa (empenho, liquidação e pagamento) e emissão de documentos comprobatórios da realização dos pagamentos, processar empenhos e pagamentos analisar processos de concessão de suprimentos de fundos, atualização e lançamentos de contratos celebrados e aditivos, manter em estado de ordem a guarda e controle do arquivo de documentos, volumes e processos relacionados ao fluxo administrativo deste instituto.

# Comissão Setorial de Licitação

Conforme estabelecido em Regimento Interno do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, a Comissão Setorial de Licitação possui as seguintes competências:

I - orientar os setores do IPREV sobre a instrução do processo;

II - processar e julgar os certames licitatórios, as dispensas e inexigibilidades relativas às aquisições de bens de interesse do órgão, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas vigentes, promovendo a devida e ampla publicação dos avisos e editais, julgando as habilitações e propostas, submetendo-o ao Presidente do IPREV, ou a quem este delegar, após adjudicação do objeto vencedor, para homologação do resultado da licitação;

III - manifestar-se circunstanciada e conclusivamente nos recursos administrativos e nas representações contra seus próprios atos, relativamente às licitações, dispensas e inexigibilidades a seu cargo e, quando mantida a decisão, instruí-lo para julgamento da autoridade competente;

IV - apurar as infrações e propor, em seguida à autoridade superior as respectivas penalidades, a seus membros e servidores lotados no setor, sem prejuízo do poder disciplinar das autoridades superiores; a licitante, fornecedor e prestador de serviço que, no âmbito de sua jurisdição, praticar atos em desacordo com o disposto na legislação licitatória;

V - preparar as atas e os relatórios circunstanciados de suas atividades;

VI - tomar conhecimento dos aditivos realizados em contratos decorrentes de licitações, dispensas e de inexigibilidades realizadas pela CSL, sendo vedado manifestar-se sobre legalidade de tais medidas;

VII - executar outras atividades e ações necessárias e inerentes a sua área de competência;

VIII - promover, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantajosidade, a adesão à ata de registro de preços, em concordância com as condições estabelecidas pelo órgão gerenciador.

Desse modo, a Comissão Setorial de Licitação, auxilia os setores do IPREV, nas instruções dos processos de contratações, se manifesta em assuntos de sua competência, por meio de despachos e pareceres, quando solicitado, bem como realiza todos os atos pertinentes e inerentes à sua área.

Produtividade da CSL													
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Adjudicações	-	-	-	-	-	1	1	2	3	1	3	3	14
Homologações	-	-	-	-	1	1	1	4	4	-	2	1	14
Ratificações Inxexigibilidades - Dispensas	,	-	-	-	-	1	1	2	3	1	3	3	14
Publicações Doe/Ma	-	-	-	1	1	1	2	6	7	1	2	5	26
Publicações Sacop/Tce/Ma				1	1	1	2	6	7	1	2	5	26
Elaboração Minuta Edital									-	-	1	-	1
Total	0	0	0	2	3	5	7	20	24	4	13	17	95

	Cotra tações por modalidade de Licitação												
Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Adesões a Ata de Registro De Preços	1	-	-	3	-	2	3	3	1	2	-	1	14
Dispensas	-	-	-	3	-	-	1	2	•	2	2	1	11
Inexigibilidade	-	-	-	1	1	2	-	1	-	2	1	-	8
Total	0	0	0	7	1	4	4	6	1	6	3	1	33

As atividades referentes à emissão de Pareceres foram agrupadas em modalidades de licitação, contratações diretas e procedimentos auxiliares.

Quanto às demais atividades concretizadas, foram registradas adjudicações, homologações, ratificações de inexigibilidade/dispensas e publicações em imprensa oficial do Estado e Tribunal de Conta do Estado do Maranhão pelo sistema SACOP. (sistema eletrônico desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão com a finalidade de realizar o acompanhamento eletrônico das contratações públicas.).

Convém mencionar que, nos quantitativos, não estão computados os procedimentos cancelados e processos arquivados.